

DIÁLOGOS BOI NA LINHA

3ª Edição • BrasíliaDF • 22OUT25

Realização

Boina
Linha



Imaflora®



Apoio

MPF
Ministério Público Federal

Financiamento



Uma agropecuária em transição

Chamado à construção coletiva

O papel da natureza no enfrentamento às crises ambientais, principalmente à crise do clima, ganhou destaque em 2025, com a realização na 30ª Conferência do Clima da ONU, entre os dias 10 e 22 de novembro, em Belém (PA). A COP 30 também foi uma oportunidade importante de a pecuária brasileira mostrar ao mundo que é possível produzir e conservar.

Não poderia ser diferente. Maior exportador de carne bovina do planeta, o Brasil se vê diante de um cenário de desafios e também de novas oportunidades com as mudanças no mercado internacional, impulsionadas pelos desdobramentos das Conferências ambientais da ONU e por novas exigências regulatórias vindas da Europa, China e outros países importadores.

Por um lado, práticas sustentáveis na produção de commodities agrícolas se apresentam como importantes ferramentas para redução de emissões de gases de efeito estufa e para o enfrentamento da crise climática.

Por outro, regulamentos como a Lei Europeia Antidesmatamento (EUDR), o Forest Act americano e as discussões que têm sido travadas pela China Meat Association no sentido de criar diretrizes socioambientais aos seus fornecedores, para citar alguns, aumentam a pressão sobre o setor, que busca se adequar às novas exigências.

Desde 2023, os DIÁLOGOS BOI NA LINHA têm promovido um espaço plural de escuta, construção coletiva e articulação multissetorial, justamente com o objetivo de fortalecer práticas que conciliem produção, legalidade, sustentabilidade e inclusão na pecuária brasileira.

Depois de passagens marcantes por regiões de grande importância para o setor da carne no Brasil - os estados do Pará e Mato Grosso - em 2025 os DIÁLOGOS BOI NA LINHA chegaram ao coração político do país, com alcance ampliado.

No dia 22 de outubro de 2025, o CICB - Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, foi palco da 3ª edição do evento: um encontro estratégico que reuniu lideranças do poder público, setor produtivo e financeiro, indústria, compradores internacionais e sociedade civil.

Além de reunir grandes nomes da pecuária bovina brasileira, representantes da cadeia da soja também marcaram presença, fortalecendo o debate sobre um agronegócio em transição, que tem buscado crescer conservando o meio ambiente e promovendo uma produção legal, transparente, mais inclusiva, com respeito às pessoas e à biodiversidade.

Em seu terceiro ano, os DIÁLOGOS BOI NA LINHA se consolidaram como um espaço de construção coletiva. Um ambiente que aproximou diferentes setores, estimulou parcerias e buscou soluções conjuntas para um agronegócio mais seguro, justo e sustentável a todos os elos da cadeia, do produtor à indústria, das pessoas que vivem e produzem no campo ao consumidor final.

Em seu terceiro ano, os DIÁLOGOS BOI NA LINHA se consolidaram como um espaço de construção coletiva, reunindo 178 participantes, com equilíbrio de gênero (90 mulheres e 88 homens) e forte diversidade setorial, incluindo representantes da sociedade civil, setor produtivo, governo, indústria, imprensa, sistema financeiro e academia. Um ambiente que aproximou diferentes setores, estimulou parcerias e buscou soluções conjuntas para um agronegócio mais seguro, justo e sustentável a todos os elos da cadeia, do produtor à indústria, das pessoas que vivem e produzem no campo ao consumidor final.

Promotores de transparência

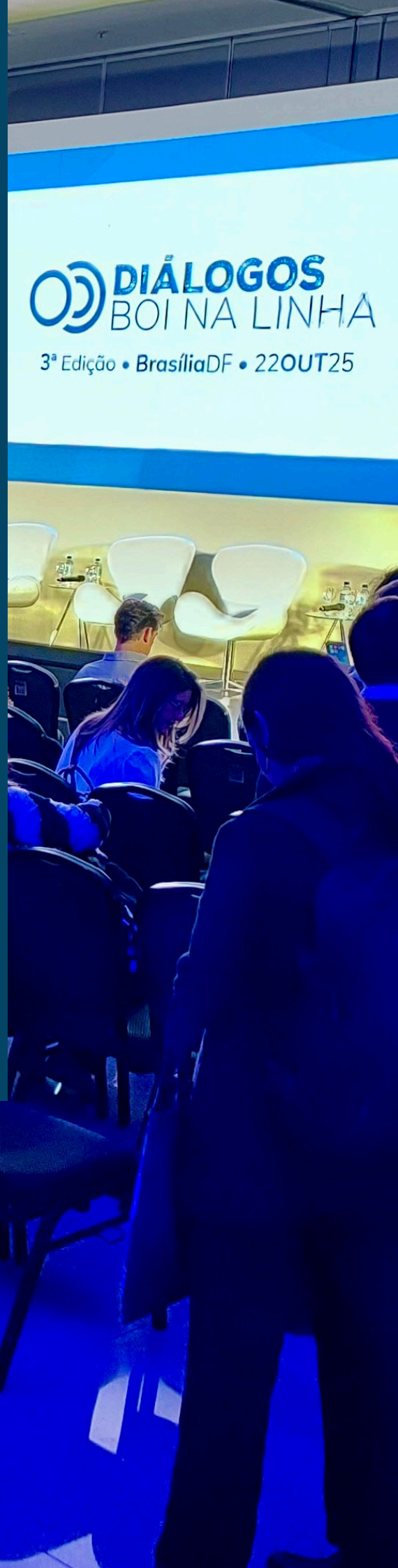
Os anfitriões da 3ª Edição dos DIÁLOGOS BOI NA LINHA foram o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e os programas Boi na Linha e Soja na Linha.

Completando 30 anos em 2025, o Imaflora segue sua missão de promover o uso sustentável e inclusivo dos recursos naturais, conciliando conservação ambiental e desenvolvimento econômico em diferentes cadeias produtivas, como as florestais, agropecuárias, da sociobiodiversidade e da agenda climática.

O Instituto atua em campo, oferece assistência técnica, serviços ESG e Certificações, além de investir em pesquisa e dados que ajudam a orientar políticas públicas e práticas mais sustentáveis.

O Programa Boi na Linha, por sua vez, é uma articulação voltada a fortalecer o compromisso socioambiental na cadeia de valor da carne bovina na Amazônia e impulsionar sua implementação. Ele foi criado em 2019 por iniciativa do Imaflora, em parceria com o Ministério Público Federal (MPF). O programa tem mapeado, em 2025, 158 frigoríficos e abatedouros em cinco estados da Amazônia Legal (AC, AM, MT, RO e PA), com 70% deles tendo Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o MPF.

Já o Programa Soja na Linha é uma iniciativa do Imaflora e da TNC, para promover uma cadeia da soja transparente, livre de desmatamento e com compromissos socioambientais na Amazônia e no Cerrado. Seus objetivos principais são apoiar a implantação da Moratória da Soja na Amazônia, o Protocolo Verde de Grãos do Pará e a cadeia setorial e corporativa da soja sem desmatamento no Cerrado.



Programação

A 3ª Edição dos DIÁLOGOS BOI NA LINHA contou com uma rica programação, que incluiu não somente debates, mas também apresentações inspiradoras de quem atua no campo. O tema que conduziu a abertura institucional foi **“Um chamado à construção coletiva por uma agropecuária sustentável e inclusiva”**, espaço no qual a importância do diálogo e da possibilidade da reunião de diferentes atores foi exaltado.

O primeiro painel foi intitulado **“Produzir conservando e conservar produzindo: os caminhos para uma transição sustentável da agropecuária brasileira”**. Nele, os participantes discutiram como avançar nesta transição, explorando modelos produtivos regenerativos, incentivos econômicos, financiamento verde e o papel da integração de dados ambientais e produtivos, pilares que estão moldando o futuro da agropecuária brasileira.

O painel 2 tratou do tema **“Legalidade na cadeia da Carne e da Soja: a importância da expansão de compromissos socioambientais na pecuária bovina brasileira e a geopolítica global”**. O debate explorou como integrar políticas públicas, instrumentos de controle e incentivos financeiros para ampliar o alcance da legalidade e fortalecer essa nova fase do agronegócio brasileira, de forma que o Brasil possa transformar sua estrutura regulatória em ativo estratégico.

O terceiro painel aprofundou um pouco mais o tema tratado no debate anterior. Intitulado **“Rastreabilidade e Transparência: como o Brasil está se preparando para uma transição ampla da agropecuária na agenda da sustentabilidade”**, o painel abordou como o Brasil está se preparando na prática para a transição, conectando políticas públicas, infraestrutura digital, financiamento e verificação.

O painel 4 tratou do tema **“Reinserção do produtor no mercado formal: os incentivos técnicos, legais e econômicos necessários para avançar na regularização ambiental e na promoção da inclusão”**. O debate buscou olhar para a inclusão e reinserção como estratégia de sustentabilidade, discutindo políticas públicas, incentivos financeiros, apoio técnico e soluções baseadas em dados para evitar a exclusão de produtores rurais.



Mercados consumidores

O Brasil se vê atualmente diante de novas exigências regulatórias, vindas de importantes países importadores da carne bovina brasileira.

Uma dessas exigências é a EUDR, sigla para European Union Deforestation-Free Regulation (EUDR), ou Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento. É uma nova lei que, segundo a UE, visa combater o desmatamento global ao banir a importação, pelos países do grupo, de produtos agropecuários que tenham ligação com a destruição de vegetação nativa ao redor do globo.

A norma faz parte do Pacto Ecológico Europeu, um conjunto de medidas para reduzir a emissão de carbono no continente. Para cumprir a EUDR, os operadores e comerciantes devem garantir que os produtos não sejam provenientes de áreas desmatadas após 31 de dezembro de 2020; devem ser produzidos de acordo com as leis e regulamentos do país de origem e devem conter uma declaração de compliance, confirmando que foram tomadas as medidas necessárias para garantir a conformidade com a nova legislação.

Entre os mercados importadores de carne brasileira, a União Europeia representa menos de 5% das exportações. O grupo, no entanto, está entre os melhores pagadores e tem relevância no contexto internacional por servir de referência a outras nações do globo em termos de legislação.

Em vigor desde o dia 29 de junho de 2023, a EUDR estava prevista para ser implementada pelos países exportadores de commodities agropecuárias a partir de 30 de dezembro de 2024, mas a intensa pressão das nações afetadas, entre elas o Brasil, fez com que a Comissão Europeia adiasse o prazo.

A data acordada, então, para o princípio da vigência, era 30 de dezembro de 2025 para grandes empresas e 30 de junho de 2026 para micro e pequenas empresas. Um novo adiamento, no entanto, aprovado pelo Parlamento Europeu no dia 26 de novembro de 2025, postergou em mais um ano o início da vigência da norma. Uma revisão simplificada da norma está prevista para abril de 2026.

Além da Europa, outro grande mercado consumidor tem trabalhado para a implementação de regulações ambientais: a China. A China é atualmente o principal destino da carne bovina brasileira. Em 2024, a pecuária foi responsável por uma receita total de US\$12,8 bilhões em exportações - um crescimento de cerca de 22% em relação a 2023 - sendo quase metade deste valor apenas para o mercado chinês.

Esta parceria, no entanto, consolidada desde 2010, quando houve a reabertura do comércio de carne entre os dois países, demanda novos passos. O país asiático tem exigido cada vez mais critérios de sustentabilidade e rastreabilidade de seus fornecedores, que poderão, em última análise, definir quem do setor terá acesso - e em quais condições - ao maior mercado consumidor do mundo.

Após uma série de ações no sentido de criar critérios sustentáveis para suas relações comerciais, em dezembro de 2021, a China Meat Association (CMA) publicou um documento que traz diretrizes concretas para o "comércio verde da indústria da carne", no qual lista uma série de procedimentos a serem seguidos por empresas chinesas para importação de carne, incluindo menções ao respeito pelos direitos humanos, povos indígenas e comunidades locais.

Entre os temas prioritários da China Meat Association - que reúne empresas, autoridades e entidades setoriais - estão a redução de emissões de carbono, a proteção ambiental, a responsabilidade social e a padronização na gestão de fornecedores. Essa evolução reflete a crescente atenção da China a cadeias de fornecimento livres de desmatamento e com menor impacto climático.

Em abril de 2023, Brasil e China finalmente publicaram uma Declaração Conjunta, na qual reconhecem os problemas causados pelas mudanças climáticas e decidem fortalecer a cooperação na área de proteção ambiental, combate à mudança do clima e à perda de biodiversidade, promoção do desenvolvimento sustentável e maneiras de agilizar a transição rumo a uma economia de baixo carbono.

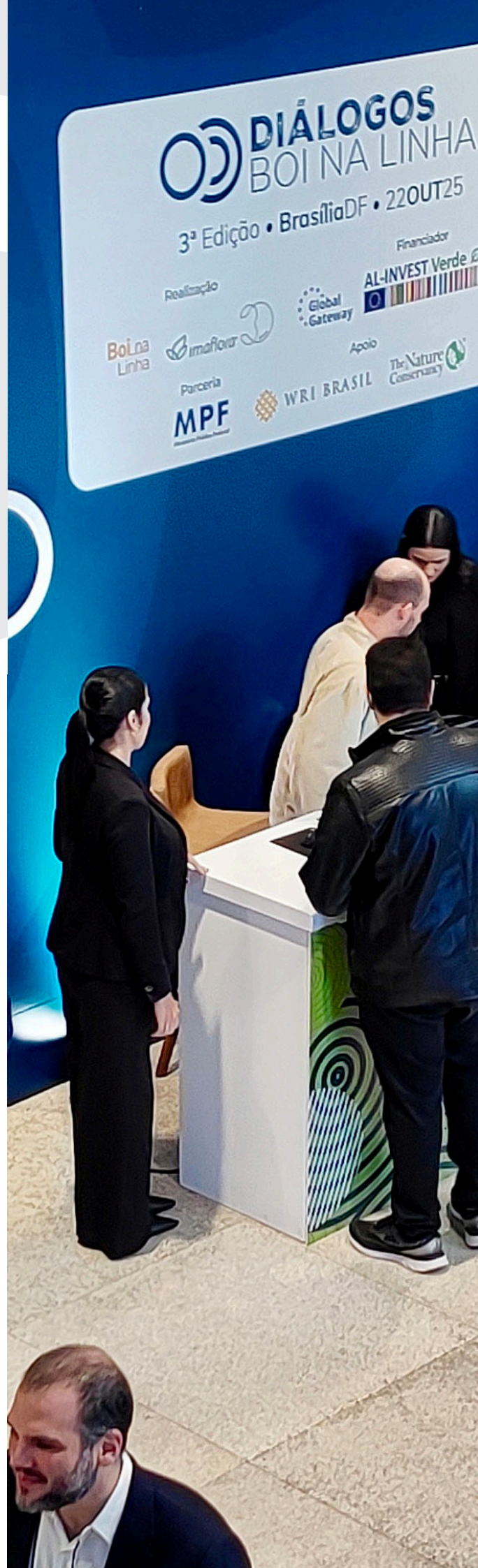
Em outubro de 2025, a Tianjin Meat Association, que reúne cerca de 100 empresas, manifestou interesse em fazer parte da etapa piloto do sistema de Certificação Beef on Track, lançado naquele mês pelo Imaflora.

O grupo chinês firmou uma declaração de intenção de compra de 50 mil toneladas de carne certificada Beef on Track até junho de 2026, o que equivale a aproximadamente 4% das exportações brasileiras de carne bovina para a China em 2024.

No intervalo entre os painéis, foi realizado o momento **Inspira Agro**, que nasceu como uma proposta de abrir espaço para histórias que inspiram, experiências que mostram na prática como é possível produzir com propósito, inovar e transformar territórios por meio de uma agropecuária mais sustentável, inclusiva e humana.

Por fim, a 3ª Edição dos DIÁLOGOS BOI NA LINHA foi marcado pelos **lançamentos da Plataforma Boi na Linha e pelo Manual de Requalificação do Pará**, que representam resultados concretos do esforço coletivo da cadeia e apontam para os próximos passos em direção à transição para uma pecuária ainda mais sustentável, transparente e inclusiva.

A 3ª Edição dos DIÁLOGOS BOI NA LINHA contou com a presença de 28 painelistas e reuniu cerca de 180 participantes. A seguir, você confere os principais pontos discutidos pelos participantes em suas falas e em resposta às perguntas do mediador e da audiência.





Abertura - Um chamado à construção coletiva por uma agropecuária sustentável e inclusiva

Mediador: Renato Vilela

Participantes:

Marina Piatto - Diretora-Executiva do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)

Daniela Baccas - Chefe de Departamento de Sustentabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)

Ricardo Negrini - Procurador da República na 4ª Câmara do Ministério Público Federal

Luiza Cristina Frischeisen - Subprocuradora-Geral da República, integrante da 4ª Câmara do Ministério Público Federal

Marina Piatto - Diretora-executiva do Imaflora, deu início à mesa de abertura lembrando que o evento se insere em um momento simbólico para o Instituto, que completa 30 anos de atuação e passou por um crescimento significativo nos últimos três anos, período em que a instituição triplicou de tamanho e ampliou sua atuação junto a soluções para o setor agropecuário.

De acordo com ela, esse avanço só foi possível graças ao trabalho conjunto com parceiros de diferentes elos da cadeia, o que reforça a importância de reconhecer o papel de produtores e produtoras rurais, da indústria, do setor financeiro e da sociedade civil no fortalecimento de práticas mais responsáveis.

Em seguida, ela destacou que, apesar da expansão, o Imaflora segue sendo uma organização relativamente pequena diante da complexidade da cadeia pecuária, o que torna indispensável a atuação em rede.

Marina Piatto lembrou ainda as edições anteriores dos DIÁLOGOS BOI NA LINHA e outras iniciativas recentes, como o Diálogo Brasil-China e o lançamento da Certificação Beef on Track, realizada na véspera do encontro anual.



Segundo ela, embora o debate internacional, incluindo temas como a EUDR, seja relevante, a edição do 3º DIÁLOGOS BOI NA LINHA tem como foco central os desafios brasileiros, especialmente o reconhecimento de produtores que já monitoram suas cadeias e a construção de caminhos para requalificar aqueles que ficaram de fora.

Nesse contexto, ela ressaltou que a proposta não é excluir, mas criar mecanismos para reintegrar produtores, inclusive os que precisam recuperar áreas e corrigir práticas, mantendo-os engajados no processo.

Nesse sentido, destacou o lançamento do Manual de Requalificação, concebido como um acordo entre os diferentes atores da cadeia para orientar, de forma clara, como apoiar o retorno desses produtores ao mercado formal, incluindo informações sobre incentivos financeiros, rastreabilidade individual e uso de instrumentos como a GTA.

“Esse setor é incrível, o Brasil tem capacidade de mostrar que tem diferencial. Este vai ser um dia muito especial”, disse.

A próxima a falar na mesa de abertura foi **Daniela Baccas**, Chefe de Departamento de Sustentabilidade do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), ela agradeceu a presença dos parceiros e destacou a pertinência do nome do evento, ressaltando que o diálogo é essencial em um contexto de excesso de informações e de desafios complexos.

Segundo ela, a agropecuária sustentável é absolutamente estratégica para o país, tanto pela relevância econômica do setor quanto pelo seu potencial de contribuir para o cumprimento das metas climáticas brasileiras. De acordo com Daniela, essa centralidade fica evidente nas consultas do Plano Clima, nas quais o setor aparece como um dos pilares para a transição sustentável.

Daniela Baccas explicou que a agenda climática é um eixo estruturante da estratégia do BNDES, que atua não apenas no provimento de recursos, mas também no fomento a parcerias, na indução de boas práticas e na gestão de riscos. Ela destacou o fortalecimento recente do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que ampliou significativamente a disponibilidade de recursos para apoiar iniciativas de transição energética, descarbonização e sistemas agroprodutivos sustentáveis.

Em seguida, ressaltou que o banco vem aprimorando seus instrumentos de controle, inclusive com normas de rastreabilidade em vigor desde 2009, constantemente atualizadas, e em diálogo com iniciativas do Ministério Público Federal.

No caso da Amazônia, Daniela citou os critérios orientadores do Fundo Amazônia, que já preveem apoio a ações voltadas à rastreabilidade e ao combate à ilegalidade em cadeias como a da pecuária, mineração e madeira. Ela também mencionou o apoio do BNDES ao desenvolvimento de ferramentas para análise do ciclo de vida da pecuária, fundamentais para compreender as especificidades do uso do solo e das emissões no contexto brasileiro.

Ao final, reforçou a disposição do banco em aprofundar o diálogo e avançar conjuntamente. **“Nós precisamos parar nesse mundo cheio de informação e trocar informações, avaliar desafios, somar esforços e entender dificuldades. O tema do 3º Diálogo Boi na Linha é muito oportuno, a agropecuária sustentável é absolutamente estratégica para o país”**, disse.

Na sequência, **Ricardo Negrini**, Procurador da República na 4ª Câmara do Ministério Público Federal, fez suas considerações. Ele destacou a relevância de realizar o encontro em Brasília, por ser um local estratégico de tomada de decisão e capaz de reunir atores que dificilmente estariam presentes em outras localidades.



Segundo ele, a iniciativa do Imafloira tem sido bem-sucedida justamente por promover o diálogo entre todos os setores da cadeia produtiva, incluindo representantes da soja, do varejo, do mercado financeiro e do poder público, que compartilham preocupações semelhantes. Esta, segundo ele, é justamente a forma de atuação do MPF.

“O MPF sempre procura trabalhar com diálogo e consenso, busca reunir e conversar, fazer aproximação entre as partes, porque assim os resultados são mais eficazes”, disse.

Em seguida, ele explicou que programas como o Carne Legal e protocolos setoriais são exemplos dessa abordagem, ao envolver os diferentes elos da cadeia na discussão de soluções.

Ricardo Negrini destacou ainda algumas preocupações centrais do MPF nessa agenda, como a necessidade de ampliar a transparência dos dados ambientais e agropecuários. Citou decisões judiciais no Pará que determinaram a publicação de informações da GTA, reforçando que o acesso a esses dados é um direito da sociedade e um instrumento para melhores decisões do setor. Ele também mencionou acordos firmados com órgãos estaduais para ampliar a divulgação de informações relevantes e ressaltou a importância de criar mecanismos que permitam a requalificação de produtores excluídos do mercado formal, bem como o controle da cadeia produtiva em seus elos indiretos, algo que, segundo ele, hoje já é mais viável do que no passado.

Por fim, **Luiza Cristina Frischeisen**, Subprocuradora-Geral da República, integrante da 4ª Câmara do Ministério Público Federal, fez sua participação, por meio de vídeo. Ela destacou a importância do evento no contexto das iniciativas conduzidas pelo MPF, como o programa Carne Legal, voltado a garantir que a compra de produtos agropecuários esteja associada à ausência de desmatamento.

Segundo ela, a ampliação dessa lógica para outras cadeias, como a da soja, reforça o compromisso com a proteção da Amazônia e de outros biomas estratégicos, como o Cerrado, fundamentais para a regulação do clima, a biodiversidade e a proteção dos povos que nela vivem.

De acordo com Luiza, a realização de debates como os DIÁLOGOS BOI NA LINHA é essencial para fortalecer parcerias e incentivar a adesão da iniciativa privada a práticas responsáveis. **“Estarmos aqui é fundamental para que a gente consiga fazer parcerias, para fazer com que a iniciativa privada faça sua adesão. Espero que este seja um dia de grande diálogo e grandes resoluções”**, finalizou.





Painel 1: Produzir conservando e conservar produzindo: os caminhos para uma transição sustentável da agropecuária brasileira

Mediador: Renato Vilela

Participantes:

Fabiana Reguero - Gerente de Sustentabilidade da Amaggi

Maressa Vilela Bettencourt - Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Judson Valentim - Pesquisador da Embrapa

Paulo Sampaio - Chefe da Divisão de Normas e Exigibilidades do Crédito Rural no Banco Central do Brasil

O painel 1 teve início com a explicação do mediador, Renato Vilela, sobre o tema a ser tratado e a dinâmica do debate. Em seguida, ele passou a palavra para Fabiana Reguero, Gerente de Sustentabilidade da Amaggi, questionando a palestrante sobre como a empresa tem trabalhado o conceito de agricultura regenerativa nas fazendas do grupo e como tem fomentado a prática entre os produtores rurais.

Fabiana Reguero iniciou sua fala afirmando ter sido uma decisão acertada reunir os debates sobre grãos e pecuária no mesmo espaço, porque os desafios enfrentados por essas cadeias produtivas são semelhantes e as soluções tendem a ganhar escala quando construídas de forma conjunta.

Ao entrar no tema da agricultura regenerativa, Fabiana explicou que a discussão ganhou centralidade dentro da Amaggi a partir da percepção de que as mudanças climáticas impactam diretamente a produção agrícola, entre outros fatores.

Segundo ela, a atividade é fortemente afetada tanto pela ausência de chuvas no período adequado quanto por eventos climáticos fora de época, o que torna esse debate essencial para o setor. Em seguida, ela disse que a Amaggi decidiu se aprofundar no conceito de agricultura regenerativa justamente para compreender como atuar de forma mais assertiva diante desse cenário.

De acordo com Fabiana, o primeiro passo foi questionar o que, de fato, caracteriza a agricultura regenerativa. Para isso, a empresa buscou apoio de especialistas, da Embrapa e de diversas organizações da sociedade civil, com o objetivo de compreender não apenas o conceito, mas o processo de transformação envolvido. Ela destacou que essa reflexão levou à criação do programa Amaggi Regenera, voltado a apoiar a transição de sistemas agrícolas convencionais para práticas regenerativas.



“A gente fala que não existe uma bala de prata para dizer que, olha, isso aqui é regenerativo. Ele é um processo. É um processo que envolve várias práticas. Então, dentro do programa Amaggi Regenera hoje, a gente tem vários indicadores, várias práticas que a gente precisa monitorar, medir, para ter certeza de que essa soma de práticas realmente vai ter um processo de transformação na agricultura. E para nós, a agricultura regenerativa é a agricultura que causa uma mudança do impacto positivo”, disse.

Segundo ela, o programa Amaggi Regenera trabalha com um conjunto de indicadores justamente para garantir que a soma dessas práticas resulte em uma transformação efetiva da agricultura. Para a executiva, a agricultura regenerativa é aquela capaz de gerar impactos positivos mensuráveis, como o aumento do estoque de carbono no solo e a redução das emissões de gases de efeito estufa a partir da mudança das práticas produtivas.

Ela acrescentou que o conceito também está diretamente relacionado à conservação ambiental, uma vez que os indicadores de biodiversidade e de conservação das florestas fazem parte da avaliação dos resultados alcançados no campo.

Ao relacionar o tema às mudanças climáticas, Fabiana afirmou que a empresa trabalha com três frentes principais. Além da produção agrícola, ela destacou a importância da transição energética e da mudança do uso da terra. Em seguida, explicou que o programa Amaggi Regenera atua de forma articulada com a estratégia de descarbonização da empresa, incluindo ações de transição energética, como a substituição do diesel por biodiesel no transporte e em maquinários agrícolas, e iniciativas voltadas à redução das emissões associadas à logística.

Segundo Fabiana, outro eixo fundamental é a mudança do uso da terra, com foco no enfrentamento do desmatamento ao longo da cadeia de fornecimento. Ela afirmou que esses esforços se conectam a compromissos setoriais e individuais de proteção das florestas, conservação da biodiversidade e preservação dos recursos hídricos, considerados essenciais para uma transição sustentável.

Por fim, Fabiana explicou que o programa é fortemente baseado em ciência, pesquisa e medição, com a realização de projetos-piloto nas fazendas próprias da empresa. De acordo com ela, esses testes permitem gerar evidências e demonstrar aos produtores rurais, que integram a cadeia de fornecimento da Amaggi, quais práticas apresentam melhores resultados e como esses avanços podem ser construídos de forma conjunta.

“O processo de agricultura regenerativa é complexo, ele não é simples, porque nós temos as variáveis do processo da agricultura, como clima, pragas, prazo e a questão da tecnologia no campo que não é acessível para todos. São muitas complexidades que a gente precisa trabalhar para esse processo de transição e o produtor não vai conseguir fazer sozinho”, finaliza.

Em seguida, o mediador passou a palavra para **Maressa Vilela Bettencourt**, Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da Sociedade Rural Brasileira (SRB). O questionamento foi sobre como a SRB vê o potencial que o Brasil tem em transformar áreas de pastagens degradadas em áreas produtivas.

Maressa iniciou a fala lembrando que o Brasil já foi chamado pela ONU à responsabilidade de produzir mais alimentos em um contexto de crescimento populacional global. De acordo com ela, a curva de produção de alimentos historicamente acompanha o aumento da população, citando como exemplo o crescimento de cidades como São Paulo e o avanço populacional em países como Índia, Indonésia e na África.

“Hoje a economia anda junto com a natureza. Não tem mais como a gente separar uma coisa da outra. E a gente precisa, de fato, produzir cada vez mais com menos impacto e sendo mais eficiente”, diz.

Em seguida, a coordenadora da SRB destacou que a recuperação de áreas degradadas exige, necessariamente, investimento. Segundo ela, não há transformação sem recursos financeiros, e essas áreas geralmente se degradaram porque, em algum momento, os produtores deixaram de conseguir produzir de forma viável.

Ela ressaltou que o processo é complexo, não existe uma solução única, e envolve um conjunto de práticas, como plantio direto, manejo adequado do solo, rotação de culturas e manejo eficiente de pastagens. Como produtora rural, ela enfatizou o quanto esse processo é desafiador e depende de capital, capacitação e suporte técnico.

Ao abordar a relação entre manejo de pastagens e emissões de gases de efeito estufa, Maressa explicou que sistemas bem manejados permitem reduzir o tempo de terminação dos animais, aumentar a eficiência produtiva e diminuir a emissão de metano por unidade produzida.

Ela argumentou que o metano emitido pela pecuária deve ser analisado de forma distinta daquele associado à exploração de combustíveis fósseis, uma vez que se trata de um gás de ciclo curto, diz, que pode ser reabsorvido por sistemas produtivos bem manejados, como pastagens capazes de sequestrar carbono.

Ainda assim, ela reforçou que esses processos precisam ser medidos e comprovados, com parâmetros adequados à realidade tropical brasileira, e não baseados apenas em referências de países de clima temperado.

Maressa também chamou atenção para o desmatamento como um dos principais pontos de fragilidade do país, destacando que, embora grande parte ocorra em áreas públicas, seus efeitos recaem sobre toda a cadeia produtiva e afetam as negociações internacionais, especialmente em um contexto de maior sensibilidade ambiental e disputas comerciais. Segundo ela, combater a ilegalidade por meio de comando e controle é fundamental para proteger os produtores que atuam de forma regular.



Encerrando, Maressa retomou o tema das áreas degradadas como uma grande oportunidade, mas alertou para os altos custos envolvidos no processo de recuperação, estimando que a transformação de um hectare degradado em área produtiva pode chegar a cerca de 20 mil reais.

Ela afirmou que esse esforço exige investimento, capacitação, assistência técnica e apoio do poder público, destacando o papel de iniciativas como as conduzidas pelo Imaflores, que buscam reinserir produtores na atividade produtiva, promovendo uma agricultura e uma pecuária mais sustentáveis, eficientes e reconhecidas.

Na sequência, o mediador passou a palavra para **Judson Valentim**, pesquisador da Embrapa, questionando-o sobre o que a pesquisa tem oferecido ao produtor para que ele consiga aumentar a produção em necessidade de abertura de novas áreas.

O pesquisador iniciou sua resposta oferecendo um panorama geral da pecuária brasileira, destacando que o país conta hoje com mais de 2,5 milhões de estabelecimentos pecuários, dos quais 76% são de produtores familiares. Segundo ele, cerca de um terço do rebanho nacional, estimado em aproximadamente 238 milhões de cabeças, está nas mãos desses pequenos produtores.

De acordo com Judson, apesar dessa relevância, a realidade do setor é marcada por grandes limitações, já que cerca de 80% dos produtores e pecuaristas não têm acesso à assistência técnica e menos de 25% utilizam algum tipo de fertilizante, o que ajuda a explicar os baixos níveis médios de produtividade.

Em seguida, Judson explicou que o Brasil possui cerca de 164 milhões de hectares de pastagens, sendo aproximadamente 50 milhões de hectares de pastos nativos, que são áreas de alta biodiversidade e sistemas sustentáveis que existem há milhares de anos. Ele lembrou que, ao longo dos últimos 300 anos, a introdução do gado nesses ambientes gerou uma cultura pecuária em biomas como o Pantanal e o Pampa.

No entanto, segundo o pesquisador, essas pastagens nativas enfrentam hoje uma forte ameaça do ponto de vista econômico e social, justamente por apresentarem baixa produtividade e baixo valor de mercado, o que favorece o avanço tanto da agricultura quanto da pecuária com pastagens cultivadas.

Por outro lado, Judson destacou que o país também conta com cerca de 110 milhões de hectares de pastagens plantadas, em grande parte formadas por monoculturas, sendo aproximadamente 80 milhões de hectares ocupados por braquiárias.

Nessas áreas, segundo ele, o problema da degradação também é generalizado, principalmente em função da deficiência de nitrogênio, nutriente essencial tanto para a produtividade das pastagens quanto das lavouras. Ele ressaltou que a degradação ocorre em larga escala e lembrou que trabalha com esse tema desde o final da década de 1970, quando ingressou na Embrapa para atuar especificamente na recuperação de pastagens, já com a compreensão de que a substituição de ecossistemas diversos, como florestas e cerrados, por monoculturas não seria sustentável no contexto de um clima tropical quente e úmido.

De acordo com Valentim, além da perda de biodiversidade, esse modelo leva à rápida degradação das pastagens, muitas vezes em apenas três ou quatro anos, agravada pela grande variabilidade dos solos dentro de uma mesma propriedade. Ele explicou que diferenças de relevo, textura e drenagem dificultam a adaptação de uma única espécie forrageira a toda a área, resultando em perdas produtivas.

A partir dessa constatação, ele disse que a pesquisa passou a adotar a lógica de “imitar a natureza”, defendendo sistemas diversificados tanto na pecuária quanto na agricultura, com especial atenção às pastagens perenes, capazes de se manter produtivas por décadas.

Judson relatou experiências com sistemas de pastagens biodiversas que permanecem produtivas há 25 ou 30 anos e que, atualmente, apresentam produtividade superior à observada no início de sua implantação. Segundo ele, enquanto a média nacional gira em torno de 1,4 cabeça de gado por hectare, produtores que adotam esses sistemas conseguem trabalhar com três ou quatro cabeças por hectare.

Ele comparou essas pastagens a uma “salada” de espécies forrageiras, explicando que, com manejo rotacionado, o gado consome diferentes plantas ao longo do tempo, permitindo a regeneração das áreas e evitando a degradação.

Em seguida, Valentim destacou a importância das leguminosas nesses sistemas, lembrando que o Brasil é um dos principais centros de origem de leguminosas nativas com potencial forrageiro. Segundo ele, essas espécies ainda são pouco reconhecidas pelos produtores, muitas vezes vistas como plantas invasoras, apesar de seu alto teor proteico.

Ele explicou que a inclusão de leguminosas pode elevar significativamente o teor de proteína da pastagem e permitir a substituição de grandes quantidades de fertilizantes nitrogenados, reduzindo custos, o uso de agroquímicos e as emissões associadas à produção desses insumos. De acordo com Judson, sistemas desse tipo podem reduzir em até 36% as emissões de metano por quilo de carne produzida, além de gerar maior rentabilidade ao produtor.



O pesquisador afirmou ainda que essas pastagens apresentam elevada resiliência, justamente por conta da diversidade de espécies, o que reduz os impactos de pragas, períodos de seca e outros estresses bióticos e abióticos. Ele destacou que, embora esse modelo enfrente resistência de setores ligados à venda de sementes e agroquímicos, beneficia diretamente o produtor, que passa a gastar menos e ganhar mais, além de atender a uma demanda crescente por carne produzida a pasto e com atributos ambientais valorizados pelo mercado.

Ao final, Judson ressaltou que o Brasil já dispõe de tecnologias e sistemas de pastagens biodiversas capazes de atender diferentes perfis de produtores e regiões do país, contribuindo para o aumento da produção sem desmatamento.

“Temos agora um desafio formidável que é como fazer para que principalmente os pequenos produtores não sejam excluídos e tenham acesso a essas tecnologias”, disse.

Na sequência, o mediador passou a palavra para **Paulo Sampaio**, Chefe da Divisão de Normas e Exigibilidades do Crédito Rural no Banco Central do Brasil, que foi questionado sobre a forma como o Conselho Monetário Nacional está aperfeiçoando as normas de crédito rural, visando mitigar o risco socioambiental.

Paulo Sampaio iniciou sua fala afirmando que o tema da sustentabilidade entrou para a realidade da instituição porque o não cumprimento de normas socioambientais afetam diretamente a estabilidade financeira.

De acordo com Sampaio, instituições financeiras já foram responsabilizadas por conceder crédito a operações de agricultura e pecuária associadas a irregularidades ambientais. Nesse contexto, o Conselho Monetário Nacional passou a atuar como regulador do crédito em tais operações, e também o Banco Central, que atua como um segundo nível de defesa, apoiando o cumprimento das normas consolidadas no Manual de Crédito Rural. Ele ressaltou que o primeiro nível de responsabilidade cabe às próprias instituições financeiras, com força de lei.

Em seguida, Sampaio apresentou um panorama da evolução normativa, destacando que esse processo não é recente. Segundo ele, há uma linha do tempo que remonta a 1995, com avanços importantes a partir de 2008, quando surge a primeira resolução específica sobre crédito rural na Amazônia.

Ele mencionou ainda a incorporação da agenda da agricultura de baixo carbono em 2010 e a criação das políticas de responsabilidade social e ambiental em 2014. Nesse contexto, ele respondeu de forma direta a uma dúvida recorrente, afirmando que as instituições financeiras podem, sim, exigir mais do que o mínimo previsto em lei no momento da concessão de crédito, de acordo com suas próprias políticas de responsabilidade social e ambiental. Sampaio abriu um parêntese para enfatizar que não existe direito adquirido ao crédito, já que os bancos são livres para concedê-lo ou não, uma vez que operam com recursos dos depositantes.

De acordo com o palestrante, esse arcabouço normativo continuou a se aprofundar ao longo dos anos, com um marco relevante em 2021, quando os riscos sociais, ambientais e climáticos passaram a ser formalmente incorporados à regulação do sistema financeiro. Ele lembrou que, em 2020, esses temas já haviam sido incorporados às políticas estratégicas do Banco Central, refletindo uma evolução contínua que resultou em resoluções importantes, como a BCB 140, a CMN nº 5.081/2023 e a CMN nº 5.193/2024.

“Nós estamos vendo uma evolução cada vez maior na construção de todo um arcabouço normativo que procura trazer para o sistema financeiro a mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos e que está acontecendo com bastante velocidade nos últimos anos”, diz, lembrando que está olhando o arcabouço regulatório apenas sob a ótica do Manual de Crédito Rural, que sintetiza regras que dão suporte às instituições financeiras.



Em seguida, destacou a regra segundo a qual imóveis com embargo ambiental não podem receber crédito rural, norma que inicialmente se aplicou ao bioma amazônico a partir de 2021, por ser considerado mais sensível, e que posteriormente foi ampliada para todo o país.

Ele mencionou ainda a vedação relacionada à sobreposição de imóveis rurais com áreas protegidas, como unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas, e explicou que, ao longo do tempo, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) passou a ser o instrumento central para a verificação dessas informações.

Sampaio afirmou que, em 2024, houve uma ampliação dessas vedações, com a incorporação das chamadas florestas tipo B e a aplicação mais ampla das restrições relacionadas ao CAR em todos os biomas.

Segundo ele, essa evolução normativa busca compatibilizar a atividade agrícola com a preservação ambiental, reduzindo riscos ambientais, jurídicos, sociais e climáticos que poderiam impactar o sistema financeiro. Ele ressaltou que esse processo é contínuo e tende a avançar nos próximos anos.

“Sob a ótica do Banco Central, é importante chegar e compatibilizar a atividade agrícola com a questão da preservação. Naturalmente o Conselho Monetário Nacional procura evitar riscos jurídicos, mas também sociais e ambientais eles adentram no sistema financeiro nacional”, explicou.

Em seguida, o representante do Banco Central destacou pontos específicos da regulamentação atual, chamando atenção para a obrigatoriedade, a partir de 2026, de verificação, pelas instituições financeiras, da supressão de vegetação nativa ocorrida após 31 de julho de 2019 (Resolução CMN nº 5.193/2024).

De acordo com Sampaio, essa checagem será feita com base em listas a serem geradas pelo Ministério do Meio Ambiente a partir dos dados do sistema PRODES, do INPE. Caso seja identificada a supressão, o processo envolve verificar a legalidade da intervenção, a existência de autorização de supressão, a eventual inclusão em Programa de Regularização Ambiental ou termo de ajustamento de conduta, além da possibilidade de comprovação de inconsistências nos dados do PRODES.

De acordo com Sampaio, é por meio desses instrumentos de incentivo e penalização que o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central buscam assegurar que as operações financiadas pelo sistema financeiro nacional estejam em conformidade com a legalidade e alinhadas às questões sociais e ambientais, contribuindo para uma agricultura comprometida com esses princípios.

Em seguida, o mediador passou para a etapa de perguntas. A primeira pergunta foi direcionada a **Fabiana Reguero**, Gerente de Sustentabilidade da Amaggi, que foi questionada sobre quais seriam as barreiras que dificultam a transição mais acelerada para uma produção regenerativa, incluindo a substituição de defensivos químicos por outros biológicos.

Especificamente sobre o uso de biológicos nas fazendas da empresa, Fabiana informou que o uso já ocorre em escala elevada, com resultados concretos tanto do ponto de vista ambiental quanto financeiro. De acordo com ela, trata-se de uma solução viável e promissora, na qual a empresa acredita como um dos caminhos para a transição da agricultura.

Em seguida, ela explicou que os desafios da agricultura regenerativa, de forma mais ampla, estão relacionados ao fato de não existir uma solução única ou uma “bala de prata”. Segundo a gerente da Amaggi, a adoção desse modelo exige um processo robusto de monitoramento das práticas adotadas na fazenda, o que implica custos elevados.

Ela descreveu que, nas grandes propriedades da Amaggi, há um nível muito alto de tecnologia e agricultura de precisão, que permite, por exemplo, acompanhar o consumo de diesel de cada máquina, identificar variações entre equipamentos, monitorar o uso de insumos por talhão e realizar ajustes pontuais a partir dessas informações. De acordo com ela, esse grau de controle contribui diretamente para a redução de emissões e para a definição de projetos mais eficientes, baseados em dados concretos.

Fabiana ressaltou, no entanto, que esse nível de tecnologia e monitoramento não é acessível à maioria dos produtores. Segundo ela, embora existam muitas soluções técnicas, científicas e práticas disponíveis, o desafio central está em escalar a agricultura regenerativa, especialmente quando se esbarra nos processos de mensuração, reporte e verificação (MRV). Em seguida, ela disse que monitorar, controlar e estruturar planos de ação para melhoria contínua demanda investimento, capacidade técnica e informação qualificada no campo.

Ao tratar das estratégias adotadas pela empresa, Fabiana afirmou que a Amaggi tem buscado contribuir testando práticas em suas próprias fazendas, reconhecendo que os desafios variam de acordo com a região e que não há soluções padronizadas para todos os contextos. Segundo ela, embora existam direcionamentos gerais de práticas que conduzem à agricultura regenerativa, a aplicação precisa ser adaptada a cada realidade. De acordo com Fabiana, a disseminação de conhecimento sobre quais práticas são eficazes e financeiramente viáveis, aliada ao fortalecimento da pesquisa e da ciência no campo, é fundamental para apoiar os produtores. Ao final, ela destacou que esse processo envolve custos de monitoramento e investimento em informação, mas é essencial para tornar a transição mais assertiva e efetiva.

Judson Valentim, pesquisador da Embrapa, complementou a resposta à pergunta em questão lembrando que um dos principais entraves à transição para sistemas produtivos mais regenerativos é de natureza cultural. Segundo ele, tanto na pecuária quanto na academia ainda predomina a ideia de que um bom pasto é aquele homogêneo e “limpo”, sem diversidade.

Ele ressaltou ainda que estudos da Embrapa demonstram que a introdução de cerca de 30% de árvores nas pastagens melhora o conforto animal, uma vez que o bovino passa apenas parte do dia pastejando e necessita de áreas de sombra para ruminar, descansar e dormir, algo que não é oferecido em pastos excessivamente simplificados.

Em seguida, Valentim disse que essa mudança cultural também se aplica ao uso de leguminosas. De acordo com ele, muitos produtores ainda enxergam plantas de folhas largas no pasto como invasoras, quando, na realidade, essas espécies podem desempenhar papel fundamental na melhoria da qualidade da pastagem.

Ele destacou que, no caso dos bioinsumos, o Brasil é um dos países líderes em adoção e crescimento desse mercado. Segundo Valentim, diferentemente da soja, que exige inoculação, as leguminosas forrageiras nativas já estabelecem naturalmente associações com bactérias do solo, fruto de milhares de anos de coevolução, o que amplia sua eficiência e reduz a necessidade de insumos externos.

O pesquisador também abordou os desafios institucionais relacionados ao financiamento da inovação no campo. Segundo ele, em diálogo com o Banco Central, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Agricultura, a Embrapa tem discutido ajustes na política de crédito rural, que atualmente prevê recursos para assistência técnica, mas não para pesquisa e transferência de tecnologia.

Ele argumentou que a destinação de uma pequena parcela dos financiamentos para suporte tecnológico reduziria riscos, inclusive para o sistema financeiro, ao aumentar a eficiência produtiva e diminuir a inadimplência.

Por fim, o pesquisador da Embrapa mencionou iniciativas em curso, como o programa Caminho Verde, no qual estão sendo desenvolvidos indicadores, métricas, plataformas e protocolos de monitoramento e verificação. Ele enfatizou também a necessidade de ampliar unidades de referência tecnológica no campo, permitindo que os produtores vejam os resultados na prática e se sintam seguros para adotar as mudanças necessárias.

Em seguida, o mediador fez uma pergunta a **Maressa Vilela**, da SRB, questionando-a se, como produtora rural, ela já havia recebido valores diferenciados por produzir de maneira mais sustentável.

Maressa Vilela respondeu que, até o momento, não recebeu valores diferenciados por produzir de forma mais sustentável. Segundo ela, a propriedade em que atua funciona como uma unidade de referência tecnológica da Embrapa, com seis experimentos em andamento, sendo três de integração lavoura-pecuária e três de sistema de plantio direto.

Ela explicou que, em uma das áreas, foram implantadas sete espécies diferentes, o que muitas vezes gera a percepção externa de que o pasto não está em boas condições, quando, na realidade, esse manejo é justamente uma estratégia de sustentabilidade. De acordo com Maressa, a rotação de culturas favorece o aprofundamento das raízes no solo, o que permite maior acesso à água subterrânea e aumenta a resiliência das lavouras frente às mudanças climáticas.

Na sequência, ela disse que a produção no campo hoje lida com desafios diários impostos pelo clima, em que ora se espera chuva, ora se torce para que ela não venha. Como exemplo, citou o atraso no plantio causado pelo excesso de chuvas, que impede a operação de máquinas e compromete o calendário agrícola.

Maressa ressaltou que, apesar da adoção dessas práticas, ainda falta reconhecimento financeiro, destacando que não basta produzir de forma sustentável, é preciso comprovar, medir e demonstrar o uso dessas práticas.

“Não basta fazer, você precisa comprovar que você faz, que você usa essas práticas. Existem muitos caminhos e soluções, mas para tudo isso precisa de financiamento, precisa de dinheiro e precisa de alguém orientando. Nós que estamos aqui somos muito privilegiados, porque a gente escuta, a gente anda, a gente vê, tem esse acesso. Mas como foi comentado anteriormente, são 2,5 milhões de pecuaristas no Brasil. Imagina quantos desses têm acesso a todas essas informações?”, questiona.

Por fim, ela avaliou como muito positiva a aproximação entre pecuária e agricultura promovida por iniciativas como o Boi na Linha e a Soja na Linha, afirmando que a entrada do pecuarista na lógica agrícola muda a percepção sobre a pastagem, que passa a ser vista como uma safra que precisa ser bem manejada, rotacionada e cuidada. Segundo Maressa, esse entendimento contribui para aumentar a produtividade por hectare, melhorar o retorno financeiro e viabilizar o acesso a tecnologias e controles que fortalecem a sustentabilidade da produção.

Nas considerações finais, os participantes do Painel 1 ressaltaram a importância de debates como o DIÁLOGOS BOI NA LINHA e reforçaram que os caminhos para a transição para uma pecuária sustentável já existem, mas que é preciso financiamento, assistência técnica e trabalho conjunto.

Inspira Agro

Gisela Introvini - Superintendente da Fundação de Apoio à Pesquisa Corredor de Exportação Norte (FAPCEN)

Gisela Introvini, iniciou sua fala lembrando da trajetória pessoal na agricultura, que começou no Sul do Brasil, mas se transformou profundamente a partir do momento em que passou a atuar no Nordeste do país. Foi a partir desta experiência, diz ela, ter sido possível compreender de forma mais concreta os desafios estruturais e sociais da produção agrícola no país.

Ela lembrou do caminho da soja, que teria chegado no Maranhão e Piauí na década de 1970, levada por agricultores do Sul, e se consolidado a partir dos anos 2000, quando houve adaptações do grão às regiões próximas à linha do Equador.

Neste processo, ela diz que alguns instrumentos a permitiram ousar, ter coragem, enfrentar o impossível e quebrar paradigmas, sendo o principal deles a produção aliada à pesquisa.

Segundo Gisela, a parceria com a Embrapa foi determinante nesse caminho, permitindo que, a partir dos anos 2000, novas tecnologias chegassem a regiões historicamente pobres e improdutivas, gerando emprego, renda e oportunidades de desenvolvimento. De acordo com ela, a soja passou a representar não apenas uma cultura agrícola, mas um vetor de transformação econômica e social para a região Nordeste.

Entre as iniciativas que ajudaram neste processo ela cita a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays” (FAPCEN), a Mesa de Debate Internacional RTRS (Round Table on Responsible Soy) e o evento Agrobalsas.

“Quando nós entramos no RTRS não foi só pelo desmate zero. Porque, pense, falar em desmate zero numa região de expansão da fronteira agrícola era impossível. Mesmo assim, eu entendia que eu tinha nas minhas mãos uma ferramenta que, além do desmate, poderia minimizar riscos causados pela agropecuária, podia minimizar também as grandes diferenças sociais”, explica.

Em seguida, ela mencionou a criação, em 2017, da primeira associação de mulheres do agro como uma resposta direta às necessidades sociais observadas nos territórios, ressaltando a importância da atuação feminina na promoção de transformações mais amplas.

De acordo com Gisela, a transferência de tecnologia acompanhou o movimento migratório dos produtores e foi essencial para a ocupação produtiva de áreas antes consideradas inviáveis, especialmente nas chapadas do Nordeste.

Ela destacou o papel da pesquisa, em especial da Embrapa, no desenvolvimento de sistemas como a integração lavoura-pecuária-floresta, ressaltando que práticas como a manutenção de palhada no solo se tornaram fundamentais para garantir produtividade, adaptação climática e conservação ambiental. Segundo ela, esses avanços dialogam diretamente com conceitos como agricultura regenerativa e estoque de carbono.

Na sequência, Gisela voltou a mencionar o evento Agrobalsas, dizendo trazer ele uma visão de futuro da agropecuária, que contempla não somente os produtores de soja, mas também povos tradicionais e agricultura familiar, além de ser palco de ações sociais, como casamentos comunitários

A superintendente da FAPCEN também destacou que os resultados alcançados por fazendas certificadas nos estados do Maranhão e Piauí já têm reconhecimento internacional e que esse modelo pode ser um incentivo para que outros produtores também decidam por aderir a iniciativas mais sustentáveis.

“Novos modelos de transição da agricultura brasileira estão surgindo, e não é para amanhã, é para ontem! E nós temos que participar de uma forma muito ativa, observando todos os benefícios e transformações alcançados nas fazendas certificadas”, disse.

Ela reforçou, no entanto, que esses avanços precisam caminhar junto com a atenção às populações mais vulneráveis.

“Em Grajaú a soja está perto dos povos indígenas, perto dos Lençóis Maranhenses. Ela está avançando e é por isso que temos que tomar uma providência para que ela possa avançar, olhando para o que está invisível nesse processo como um todo”, disse, em referência às comunidades indígenas, tradicionais e comunidades vulneráveis que são impactadas no processo de expansão da soja.

Segundo ela, projetos originados a partir da certificação agrícola no Nordeste têm possibilitado ações concretas nas áreas de saúde, educação e inclusão social, especialmente em comunidades indígenas e regiões do semiárido.

“Eu vim aqui abrir os olhos para o invisível. Tem pessoas como vocês que têm a caneta do poder na mão e que tem projetos maravilhosos e que têm que levar para esses recantos do Brasil onde está acontecendo muita coisa em torno do agronegócio [...] assim como esse pedacinho do Brasil que eu trouxe aqui para vocês, eu quero que vocês pensem em todos os outros Brasis que nós não conhecemos ainda e que nós podemos atuar”, finalizou.



Painel 2: “Legalidade na cadeia da Carne e da Soja: a importância da expansão de compromissos socioambientais na pecuária bovina brasileira e a geopolítica global”

Mediador: Renato Vilela

Participantes:

André Lima - Sec. Nacional na Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial Ambiental, MMA

Ana Doralina Menezes - Presidente MBPS

Edegar de Oliveira Rosa - Diretor de Conservação e Restauração de Ecossistemas, WWF-Brasil

Cintia Céspedes - Gerente de Sustentabilidade da Febraban

Rafael Rocha - Procurador da República, MPF – 4ª Câmara

Sílvio Arduini - gerente do SICOR no Banco Central do Brasil

Os debates do painel 2 tiveram início com a fala de **André Lima**, secretário nacional na Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Questionado pelo mediador sobre de que forma os marcos setoriais colaboram com políticas de controle do desmatamento na Amazônia Legal, André Lima contextualizou o debate a partir de dois movimentos simultâneos.

Segundo ele, todas as projeções indicam um crescimento contínuo da demanda global por alimentos, o que recai diretamente sobre o Brasil, pressionando o país a ampliar sua produção e produtividade agropecuária. Ao mesmo tempo, torna-se igualmente evidente a necessidade de que produtores e compradores assumam compromissos muito mais ambiciosos

no enfrentamento das mudanças climáticas, especialmente em um país onde o uso do solo, o desmatamento e o setor agropecuário figuram entre as principais fontes de emissões.

Nesse contexto, ele afirmou que o país se encontra diante de um grande “enigma” e destacou a importância de interpretar o conceito de legalidade à luz da magnitude desse desafio.

Segundo André Lima, uma leitura restrita da legalidade, limitada ao cumprimento do Código Florestal, é insuficiente para responder à complexidade da agenda climática. Embora não esteja incorreta, essa interpretação não é convergente com o tamanho do desafio colocado ao Brasil e ao mundo.

Para ele, a legalidade precisa ser compreendida de forma mais ampla, incorporando instrumentos como a Política Nacional sobre Mudança do Clima, os planos de prevenção e controle do desmatamento em todos os biomas, os planos setoriais de mitigação e adaptação, além da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e das metas de emissão assumidas pelo país.

André Lima ressaltou que, ao falar em legalidade, é necessário olhar para os setores produtivos não apenas sob a ótica do percentual de Reserva Legal (RL), da adesão aos Programas de Regularização Ambiental (PRA) ou da recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), mas considerando o conjunto desse enorme desafio ambiental e climático.

“Nesse contexto, os pactos setoriais, as propostas de certificação, têm um papel fundamental. Não há nenhuma condição de cumprimento de nossas metas climáticas, se não houver, além do compromisso, da responsabilidade do Poder Público em relação ao conjunto de políticas, legislações e normas, que a gente sabe que flutuam ao sabor das pressões políticas, a participação ativa do setor”, disse.

Em seguida, André Lima apresentou avanços recentes na agenda ambiental, destacando que, nos últimos três anos, o país tem vivido majoritariamente um movimento de fortalecimento das políticas públicas. Ele mencionou a sequência de quedas no desmatamento na Amazônia e no Cerrado, a existência de planos de prevenção e controle do desmatamento para todos os biomas e o avanço de um conjunto robusto de políticas voltadas ao cumprimento das metas climáticas.

Entre esses avanços, citou o aprimoramento das normas de acesso ao crédito rural, esclarecendo que ninguém será impedido de desmatar aquilo que a lei permite, mas que o poder público não é obrigado a subsidiar, com recursos públicos, o desmatamento, ainda que legal. Segundo ele, as novas regras buscam vedar crédito a quem desmata ilegalmente e evitar subsídios para a conversão de vegetação nativa, apesar da forte pressão de setores interessados em retrocessos.

O secretário também descreveu o ambiente de tensão política em torno dessas medidas, relatando embates constantes entre o Executivo e o Congresso Nacional e mesmo dentro do próprio governo. De acordo com André Lima, cada avanço normativo, seja por meio de portarias ou decretos, costuma ser seguido por iniciativas legislativas para anular essas decisões, o que torna o processo lento e trabalhoso.

Ainda assim, ele destacou programas estruturantes, como o União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais, que atua em 81 municípios prioritários, com adesão de 71 prefeitos e investimentos previstos de R\$ 600 milhões. Segundo ele, mais de R\$ 30 milhões já foram aplicados em 2025 em ações como regularização fundiária e ambiental, assistência técnica produtiva, pagamento por serviços ambientais e restauração agroflorestal, fortalecendo o engajamento do poder local.

André Lima chamou atenção ainda para o fortalecimento do Fundo Amazônia, que, segundo ele, nunca investiu tanto desde sua criação, com aportes superiores a R\$ 1 bilhão por ano nos últimos dois anos, representando um aumento de cerca de 300% nos investimentos.

Ele destacou também a aprovação da Resolução nº 510 do Conama, construída com apoio do setor pecuário, que permite diferenciar de forma mais clara o desmatamento ilegal da supressão de vegetação nativa autorizada para uso do solo. Segundo ele, essa distinção qualifica o debate, ainda que enfrente resistências, sobretudo por explicitar que a conversão produtiva de vegetação nativa em propriedades privadas também representa uma fonte de emissões.

Por fim, André Lima afirmou que, apesar de históricos e relevantes, esses avanços, de forma isolada, não são suficientes para alcançar o desmatamento zero, seja qual for a interpretação adotada.

Assim, ele defendeu que o setor privado também assuma sua responsabilidade, evitando comprar de quem desmata, inclusive legalmente, quando há alternativas de produção sem desmatamento, e qualificando as cadeias produtivas.

Citou iniciativas como a Moratória da Soja, que, segundo ele, sofrem pressões de diferentes frentes institucionais, e ressaltou que espaços como o evento Boi na Linha são fundamentais para fortalecer uma noção ampliada de legalidade. Para André Lima, essa legalidade em sentido amplo corresponde ao compromisso do Brasil com um desenvolvimento agroambiental sustentável, alinhado às suas responsabilidades globais como um dos maiores produtores de commodities agropecuárias do planeta.

Em seguida, a palavra foi passada a **Ana Doralina Menezes**, presidente da Mesa Brasileira de Pecuária Sustentável (MBPS), que foi questionada sobre as principais ações da mesa.

Ela iniciou sua fala agradecendo o convite e destacando a importância de espaços como o Boi na Linha para o debate qualificado sobre o futuro da pecuária brasileira. Segundo ela, eventos desse tipo permitem que diferentes atores do setor se manifestem, compartilhem visões, colaborem e construam soluções conjuntas.

De acordo com Ana Doralina, é fundamental que o setor tenha clareza de que o objetivo deve ser somar esforços, e não dividir, pois a fragmentação inviabiliza qualquer avanço consistente.

Em seguida, ela apresentou a Mesa Brasileira de Pecuária Sustentável como uma organização com mais de 17 anos de atuação, de caráter multisetorial, que reúne todos os elos da cadeia produtiva e de valor da pecuária, desde os produtores rurais até o varejo e os restaurantes.

Falando também a partir de sua experiência como produtora rural, Ana Doralina afirmou que o principal objetivo da Mesa é sentar todos esses atores à mesa para discutir sustentabilidade, mesmo quando existem visões antagônicas, buscando sempre um denominador comum que permita a evolução do setor.

Segundo Ana Doralina, a Mesa atua com a convicção de que pode contribuir como a voz da pecuária brasileira sustentável, difundindo informações e promovendo práticas que fortaleçam uma pecuária cada vez mais comprometida com a sustentabilidade. Ela destacou que a organização conta hoje com mais de 60 associados e estrutura sua atuação principalmente por meio de grupos de trabalho, que funcionam como espaços de diálogo, construção de narrativas e avanço da agenda da sustentabilidade em diferentes temas relevantes para a cadeia.

A presidente da Mesa afirmou que a pecuária faz parte da solução para os desafios climáticos e produtivos, contribuindo de forma essencial para a resiliência dos sistemas produtivos, para o aumento da produtividade, para a mitigação de impactos climáticos e para a melhoria da rentabilidade no campo. Segundo ela, esse entendimento orienta todas as ações da Mesa, que busca representar a cadeia produtiva de forma integrada e falar em nome de todos os seus elos.

Em seguida, Ana Doralina ressaltou que o Brasil tem um papel de destaque no cenário global da pecuária, com reconhecimento pelas práticas adotadas, pelas tecnologias empregadas e pelos resultados produtivos alcançados.

Ela mencionou avanços como a integração lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta, o melhoramento genético e a recuperação de áreas de pastagens degradadas, que permitiram elevar a produção e a produtividade, inclusive com a obtenção de mais de uma safra em um mesmo espaço físico, ao mesmo tempo em que se melhora a saúde do solo.

“Esses avanços já são reconhecidos internacionalmente, mas o setor ainda precisa se apropriar dessa narrativa, levantar dados e fortalecer sua representatividade”, diz.

Ana Doralina explicou que os trabalhos da Mesa se organizam em diversas frentes, com destaque para o engajamento multissetorial e para os grupos de trabalho temáticos, que hoje se estruturam em áreas como bem-estar animal, rastreabilidade, solo, clima e uso da terra.

Segundo ela, nesses espaços são discutidas de forma aprofundada as demandas e necessidades do setor, com o objetivo de construir consensos e apresentar propostas que vão desde políticas públicas até a difusão de tecnologias, o acesso à informação e a inclusão de produtores. Como exemplo, citou o Plano Nacional de Identificação de Bovinos, que surgiu no âmbito do grupo de trabalho de rastreabilidade da Mesa e foi posteriormente entregue ao governo federal como base para discussão e implementação.

A presidente da Mesa também destacou a centralidade da rastreabilidade e da transparência para o futuro da cadeia, ressaltando que esses temas já estão em processo de implementação, mas ainda demandam avanços para permitir o acesso a novos mercados e reforçar os compromissos socioambientais do setor.

Ela mencionou a presença da Mesa em fóruns internacionais, como eventos da FAO e a então futura participação na COP 30, sempre em articulação com o Ministério da Agricultura, como parte do esforço de representação da pecuária brasileira no exterior.

Ao final, Ana Doralina trouxe um relato pessoal para ilustrar os desafios enfrentados por produtores comprometidos com a conservação ambiental. Segundo ela, como produtora rural no interior do Rio Grande do Sul, em área de proteção ambiental, sua família preserva integralmente o território há cinco gerações, sem possibilidade de conversão do uso do solo para culturas agrícolas, como soja ou milho.

De acordo com Ana Doralina, apesar das restrições e das exigências adicionais, não há qualquer remuneração diferenciada por esse esforço de conservação, e o acesso a crédito é mais oneroso do que para outros produtores. Para ela, esse exemplo evidencia a necessidade de que as discussões e soluções construídas em espaços como o Boi na Linha cheguem efetivamente a esses produtores, garantindo condições para que permaneçam no campo e possam transmitir esse patrimônio às próximas gerações.

Na sequência, o mediador passou a palavra para **Edegar de Oliveira Rosa**, diretor de Conservação e Restauração de Ecossistemas do WWF-Brasil, questionando-o sobre como a organização para a qual trabalha vê iniciativas como Boi na Linha e Soja na Linha.

Rosa iniciou propondo um olhar retrospectivo sobre os avanços recentes em sustentabilidade nas cadeias produtivas, afirmando que, nos últimos anos, houve progressos significativos.

De acordo com Rosa, a experiência acumulada mostra que é possível combinar sustentabilidade com maior retorno econômico, por meio do aumento da produtividade em áreas menores, da redução de custos e da diminuição das emissões. Em seguida, ele disse que, ao longo da última década, o avanço tecnológico foi tão expressivo que já existem condições concretas para transformar a pecuária e a produção de soja em atividades muito mais sustentáveis.

Sob a ótica das políticas públicas, Rosa avaliou que o país vive um cenário de avanços e recuos. Ele mencionou que, como ressaltado anteriormente por André Lima, há uma série de instrumentos em implementação que contribuem para uma produção mais sustentável. A título de exemplo, ele mencionou iniciativas como a construção de um plano nacional de recuperação de áreas degradadas, as mudanças nas regras de crédito rural e as ações de combate ao desmatamento.

Ao abordar a dimensão da governança e das finanças, Edegar afirmou que esse é um ponto central para que a sustentabilidade se concretize na prática. De acordo com ele, embora já existam mecanismos, ideias e conceitos capazes de viabilizar financeiramente essa transição de forma criativa, ainda é necessário avançar mais.

Nesse contexto, ele chamou atenção para um instrumento em discussão que, embora não seja diretamente ligado ao setor agropecuário, pode ter impactos relevantes: o TFFF (Fundo Florestas Tropicais para Sempre, que pretende remunerar países que protegem suas florestas. Segundo Edegar, esse tipo de iniciativa pode representar uma mudança de perspectiva, ao permitir que a própria agricultura seja apoiada e recompensada por não expandir a produção sobre novas áreas.

Em seguida, Edegar abordou o tema da rastreabilidade e dos mecanismos de sustentabilidade, especialmente na pecuária, incluindo os avanços nas discussões sobre fornecedores indiretos. Para ele, a questão central já não é apenas a existência desses instrumentos, mas a velocidade com que eles estão sendo implementados.

“Eu acho que quando a gente olha para o conjunto, no caso da pecuária, para a questão de rastreabilidade, os mecanismos da sustentabilidade, as discussões dos indiretos, vemos que já avançou. A questão é se essa velocidade está sendo boa. Esse é o posto-chave que estamos vivendo hoje”, diz.

Ele lembra também que as taxas de desmatamento permanecem elevadas, assim como as taxas de perda de biodiversidade, e que os impactos das mudanças climáticas deixaram de ser um risco futuro e passaram a fazer parte da realidade presente.

“O impacto das mudanças climáticas não está mais alto no futuro, ela virou essa realidade. E o agro vai sofrer, já está sofrendo com essas mudanças. Essa nossa capacidade produtiva, que é invejável para qualquer país, está em risco. A gente já está vivendo isso hoje em dia. Então, o que a gente precisa é acelerar essas mudança”, disse.

Edegar destacou que essa necessidade de aceleração ocorre em um contexto de forte polarização. Ele citou, como exemplo, os embates em torno da moratória da soja e das agendas de combate ao desmatamento, observando que, apesar de a ciência e diversos estudos demonstrarem que o Brasil não precisa desmatar para atender às expectativas futuras de produção, ainda persiste a disputa sobre a própria legitimidade do enfrentamento ao desmatamento.

Para ele, narrativas que tratam essa agenda como um obstáculo ao desenvolvimento do agro brasileiro são distorcidas, pois, na realidade, o combate ao desmatamento representa a defesa dos interesses nacionais e do próprio setor agropecuário.

Em seguida, Edegar ponderou que, embora exista um amplo arcabouço de soluções tecnológicas e de governança, essa não é ainda a realidade de todo o setor. Segundo ele, o país ainda convive com uma pecuária de baixa produtividade e com sistemas de produção de soja que não são plenamente sustentáveis, o que indica a existência de grande espaço para avanços. Para Edegar, acelerar esse processo e construir um pacto em torno de cadeias produtivas livres de desmatamento e mais sustentáveis é fundamental.

Por fim, Edegar ressaltou que a demanda por sustentabilidade nas cadeias produtivas é crescente no contexto internacional. Ele mencionou a legislação europeia, que, apesar de atrasos, segue em processo de implementação, e destacou a rápida transformação da China, que já demonstra interesse concreto por produtos livres de desmatamento.

Nesse cenário, ele questionou qual posição o Brasil deseja ocupar no mercado global. Como exemplo positivo, citou o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, construído em parceria entre governo e setor produtivo, que permitiu a expansão do etanol sem novos desmatamentos e com respeito a critérios socioambientais, conferindo ao produto brasileiro reconhecimento internacional.

“Por que a gente não consegue repetir essa visão, esse impacto para outras cadeias? Por que a gente não consegue colocar essa visão da sustentabilidade como sendo a grande força do Brasil, mas não num discurso, mas, de fato, na implementação?”, questiona.

Por fim, Rosa reafirmou existir espaço para aceleração do processo de implementação da sustentabilidade nas cadeias de commodities brasileiras, mas que seria preciso repactuar o caminho.

Na sequência, o mediador passou a palavra para **Cintia Céspedes**, gerente de Sustentabilidade da Febraban. Ela foi questionada se a Febraban tem atuado no sentido de buscar mecanismos que garantam a legalidade das cadeias da carne e da soja.

Cintia afirmou que parte dos pontos que pretendia abordar já havia sido apresentada no painel anterior por Paulo, do Banco Central, especialmente no que diz respeito ao arcabouço regulatório, o que permitia uma apresentação mais sintética.

Segundo a gerente da Febraban, o setor bancário brasileiro é altamente regulado no que se refere aos riscos sociais, ambientais e climáticos desde 2008, quando surgiu a primeira norma voltada a esse olhar socioambiental, inicialmente relacionada ao crédito rural.

De acordo com ela, desde então houve importantes avanços regulatórios, o que fortaleceu a agenda de sustentabilidade como um todo, uma vez que o Banco Central tem papel fundamental para alavancar a incorporação desses riscos na análise de crédito.

A partir de 2014, conforme explicou, o setor passou a avançar também de forma mais estruturada nas questões climáticas, ampliando o enfoque antes restrito ao socioambiental para incluir explicitamente o risco climático em todas as análises realizadas pelas instituições financeiras.

Além do arcabouço regulatório, Cintia destacou o papel da autorregulação conduzida pela Febraban. Ela explicou que, desde 2014, a entidade conta com a SARB 14, voltada ao ajuste dos riscos sociais, ambientais e climáticos, que vai além das exigências do Banco Central ao elevar a régua de exigência e apoiar os bancos na incorporação de mais ferramentas e critérios em suas políticas internas. Em seguida, ressaltou a criação da SARB 26, em 2023, voltada especificamente ao combate ao desmatamento ilegal na cadeia da carne bovina na Amazônia Legal e no Maranhão, ainda sem abrangência para outros biomas.

A palestrante afirmou que a SARB 26 é especialmente relevante para o debate proposto no fórum, mas fez questão de contextualizá-la dentro de um conjunto mais amplo de iniciativas da Febraban. Entre elas, mencionou o apoio contínuo ao entendimento e à implementação da regulação do Banco Central, o desenvolvimento da autorregulação e as ações de capacitação das associações bancárias, para que estas atuem de forma mais próxima aos clientes, compreendendo os desafios enfrentados na ponta e incorporando essas informações às análises de risco.

Ela destacou ainda a articulação com organizações como Imaflo, WWF, Amigos da Terra, Abiec e o próprio Ministério Público Federal, além do trabalho de fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural, considerado por ela uma ferramenta essencial para dar segurança às análises realizadas pelas instituições financeiras.

Ao retomar a explicação sobre a SARB 26, Cintia relatou uma metáfora apresentada por atores envolvidos na sua construção, segundo a qual a norma funcionaria como uma “receita de bolo”, na qual são apresentados os ingredientes necessários, mas não o modo de preparo. De acordo com ela, essa imagem ajuda a compreender que a autorregulação não determina exatamente como cada instituição deve agir. Cada banco precisa definir suas próprias políticas internas e trabalhar diretamente com seus clientes.

“A gente não quer dizer como faz. Cada instituição precisa definir as suas políticas e precisa trabalhar com o seu cliente lá na ponta”, explica.

Ela ressaltou ainda que a SARB 26 não se aplica a frigoríficos ou matadouros, mas às instituições financeiras, que devem ter liberdade para desenvolver suas estratégias de gestão de risco, assim como os frigoríficos também escolhem as ferramentas mais adequadas para demonstrar a rastreabilidade.

“A autorregulação não quer dizer exatamente o que cada um precisa fazer. Ela quer colocar uma explicação, um limite mínimo ali de saída para que todo mundo consiga atingir um objetivo comum, que é evitar o desmatamento ilegal”, disse.

Segundo ela, esse processo exige que cada instituição conheça profundamente seus clientes, especialmente diante dos desafios relacionados aos fornecedores indiretos, que enfrentam maiores dificuldades de rastreabilidade. Ela observou que, em muitos casos, as equipes técnicas dos bancos precisam atuar de forma próxima, quase como consultoras, auxiliando produtores a compreender o que é exigido e como se adequar.

Cintia enfatizou que a intenção da SARB 26 não é excluir produtores do acesso ao crédito, mas incluí-los no processo, garantindo que consigam atender às exigências de rastreabilidade.

“Para o banco não é interessante perder cliente. A gente quer que eles continuem tendo clientes, mas ele precisa ter um risco controlado, ele não pode ter um risco de desmatamento”, disse.

Por fim, a gerente de Sustentabilidade da Febraban ressaltou que a SARB 26 não deve ser confundida com um Termo de Ajustamento de Conduta. De acordo com ela, trata-se de uma iniciativa voluntária da Febraban e dos bancos, orientada pela lógica de gestão de riscos, com o objetivo de evitar que operações de crédito estejam associadas ao desmatamento ilegal na Amazônia.

Na sequência, a palavra foi passada a **Rafael Rocha**, procurador da República, que foi questionado como é feito o trabalho de fiscalização exercido pelo MPF.

Rocha iniciou sua fala resgatando uma experiência pessoal, que utilizou como ponto de partida para a reflexão. Ele contou que, recém-empossado como procurador no Amazonas, participou de sua primeira negociação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no Amazonas. Segundo ele, a reação do interlocutor foi negativa, com o argumento de que o monitoramento exigido era complexo e que o cumprimento das regras levaria à perda de muitos fornecedores.

De acordo com Rocha, naquela ocasião o representante do frigorífico sugeriu que, em vez de cobrar das empresas, o Ministério Público deveria exigir dos órgãos de fiscalização o bloqueio da emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA) para fornecedores com problemas ambientais, já que, sem a guia, o abate não ocorreria. Para o procurador, no entanto, a interpretação não é válida, pois se baseia em uma visão excessivamente restritiva dos deveres de diligência das empresas, apoiada na presunção de legalidade da GTA.

Embora tenha considerado a tese interessante e respeitável, ressaltou que ela não prevaleceu, e que, ao final, o frigorífico assinou o TAC, assim como todos os principais frigoríficos do Amazonas. Ainda assim, ele disse que nunca esqueceu a

sugestão e provocou o público a refletir se a ideia seria de fato absurda ou se poderia funcionar como uma medida complementar aos deveres de diligência dos frigoríficos, destacando que o ponto poderia ser retomado mais adiante.

Na sequência, Rocha ampliou sua reflexão para o plano da geopolítica e dos compromissos socioambientais internacionais. Nesse contexto, mencionou o Regulamento Europeu para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), e destacou a importância de compreender suas exigências e como elas se relacionam com a legislação brasileira e com a atuação do Ministério Público Federal.

Ele lembrou que uma das principais exigências do regulamento é que os produtos sejam livres de desmatamento, o que significa desmatamento zero, e não apenas desmatamento ilegal zero.

“Não tem mais justificativa para o Brasil continuar expandindo a área de pastagem a partir do desmatamento. Nós já temos tecnologia para isso. Temos todos os mecanismos, políticas públicas para uma produção mais sustentável”, defendeu.

Ele observou que, embora se discuta a necessidade de mais financiamento, o regulamento europeu funciona como um incentivo e uma mensagem clara para que a expansão da produção ocorra em áreas já abertas, e não por meio da conversão de novas áreas.

Rocha também chamou atenção para outra exigência do EUDR, relacionada à conformidade do produto com a legislação do país de origem. Segundo ele, isso não se limita à legislação ambiental, mas inclui também as normas fundiárias, trabalhistas, fiscais, entre outras.

Em seguida, o procurador abordou o requisito da declaração de devida diligência previsto no regulamento europeu, obrigação que recai sobre o importador. Ele explicou que essa declaração exige a análise de informações, avaliação de riscos e comprovação de que a carga atende aos critérios estabelecidos.

Nesse processo, segundo ele, não basta analisar apenas o fornecedor direto ou a última fazenda da cadeia, sendo necessário considerar todas as propriedades por onde o gado passou. O EUDR, conforme destacou, exige a geolocalização de todos os estabelecimentos envolvidos, o que implica uma rastreabilidade completa da cadeia pecuária, algo que ainda está distante da realidade brasileira.

Para concluir sua fala inicial, Rocha retornou ao contexto da legislação brasileira e aos desafios futuros. Segundo ele, o próximo passo fundamental para avançar na agenda do combate ao desmatamento é o monitoramento dos fornecedores indiretos de nível 1. Ele relatou que auditorias realizadas naquele ano no Pará revelaram um dado preocupante: apenas 38% desses fornecedores estavam em conformidade com a legislação e com os critérios do TAC.

De acordo com o procurador, esse resultado evidencia o impacto significativo do descumprimento das normas e reforça a necessidade de avançar nessa agenda. Por fim, ele afirmou que o Ministério Público seguirá atuando com foco na legalidade, em diálogo com o setor produtivo e com o apoio de instâncias que contam com a participação da sociedade civil, encerrando sua fala com um agradecimento.

Para encerrar a primeira rodada de falas, o mediador passou a palavra para **Silvio Arduini**, gerente do SICOR no Banco Central do Brasil, questionando-o como funciona o Bureau Verde de Crédito Rural.

Arduini iniciou sua participação esclarecendo que o Banco Central não é um órgão ambiental. Segundo ele, sempre que o Banco Central publica normas que afetam a agenda ambiental, surge o questionamento sobre sua atuação nesse campo, mas ele ressaltou que a missão da instituição é a preservação do poder de compra da moeda, a garantia de um sistema financeiro sólido e eficiente e a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com o gerente, eventos climáticos extremos, como os observados recentemente, afetam diretamente a produção agropecuária e podem gerar impactos relevantes nos preços, comprometendo a estabilidade do poder de compra da moeda. Além disso, ele explicou que dificuldades generalizadas de produtores em honrar compromissos financeiros podem repercutir negativamente sobre a estabilidade do sistema financeiro.

Nesse sentido, segundo Arduini, a atuação do Banco Central em temas relacionados ao meio ambiente se dá a partir de um mandato legal, baseado em legislação específica e em normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional, composto pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério do Planejamento e pelo próprio Banco Central, não se tratando, portanto, de iniciativas isoladas ou voluntaristas.

Em seguida, Sílvio Arduini retomou um ponto mencionado anteriormente por outro palestrante e destacou a relevância da geolocalização para o trabalho do Banco Central. Ele lembrou que, desde 2013, com a criação do Sistema de Informações de Operações de Crédito Rural (SICOR), já existia a previsão de registro das coordenadas geodésicas dos empreendimentos, entendidos como as áreas onde o produtor pretende implementar sua produção.

Segundo ele, ao longo dos anos, as exigências relacionadas a essas informações foram sendo ampliadas gradualmente, de modo que hoje o sistema brasileiro é frequentemente citado em outros países como referência, sendo motivo de admiração pela possibilidade de identificar com precisão o local onde a operação ocorre.

“Em vários lugares, em vários países onde nós expomos o nosso trabalho, isso é motivo de inveja e admiração, porque é muito relevante, é muito bom você ter a coordenada geodésica de onde está acontecendo de fato aquela operação”, diz.

De acordo com Arduini, o funcionamento do SICOR se estrutura em três pilares. O primeiro é o da conformidade, que atua no momento em que a instituição financeira submete a operação ao Banco Central para registro. Nesse estágio, são realizadas verificações automáticas de conformidade mínima, como a sobreposição do imóvel rural com terras indígenas, terras quilombolas, unidades de conservação ou florestas públicas não destinadas, além da checagem de eventuais embargos ambientais. Ele explicou que essas verificações ocorrem no ato da contratação, com retorno muito célere do sistema de verificação utilizado.

Em seguida, ele disse que, apesar desse controle inicial, há situações em que o produtor pode declarar uma atividade ou localização e executar outra, o que exige mecanismos adicionais de verificação. Por isso, segundo Arduini, o sistema conta também com verificações pós-contratação, realizadas no âmbito do monitoramento. Ele reconheceu que a capacidade atual de monitoramento ainda não é ideal, nem cobre 100% das operações, mas afirmou que ampliar e automatizar esse monitoramento é um dos projetos em curso no Banco Central, com o objetivo de torná-lo mais eficaz.

O segundo pilar destacado por Arduini é o do incentivo, que prevê condições facilitadas de acesso ao crédito para produtores que cumprem determinados critérios de sustentabilidade. Segundo ele, essa é uma demanda recorrente nos debates do setor e um elemento central da estratégia adotada pelo Banco Central.

Já o terceiro pilar é o da transparência, que, de acordo com o gerente, caminha junto com o controle social e a conformidade legal. Ele explicou que, quando as operações estão em conformidade com a legislação, não há motivo para restringir o acesso às informações, sendo desejável expor os dados ao mercado e à sociedade.

Nesse contexto, Arduini mencionou duas ferramentas de transparência. A primeira é o módulo de consulta e autorização, que permite ao tomador de crédito compartilhar os dados de suas operações com terceiros de sua escolha. A segunda é a disponibilização de microdados, que detalham cada operação e são publicados no site do Banco Central, estando acessíveis a toda a sociedade desde o início da vigência do sistema.

Ao encerrar sua fala, Sílvia Arduini apresentou alguns números que ilustram os resultados desse conjunto de instrumentos. Segundo ele, desde que o sistema entrou em operação, mais de 16 mil operações foram bloqueadas por critérios socioambientais, totalizando cerca de 6 bilhões de reais.

Além disso, em verificações relacionadas à inconsistência entre o empreendimento informado e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), foram identificadas mais de 40 mil operações, envolvendo cerca de 10 bilhões de reais. Por fim, ele afirmou que, desde 2023, o monitoramento do Banco Central solicitou a desclassificação de operações que somam 4,4 bilhões de reais.

De acordo com Arduini, essas ações, somadas às intervenções de conformidade legal no registro das operações de crédito rural, já resultaram em aproximadamente 20 bilhões de reais em créditos indevidos que foram impedidos, bloqueados ou retornados.

Na sequência, o mediador passou para a etapa de considerações finais, questionando os participantes como é possível acelerar a questão da sustentabilidade e da legalidade nas cadeias da carne e soja no Brasil.

O primeiro a fazer suas considerações foi **André Lima**, do Ministério do Meio Ambiente. Ele iniciou reconhecendo que os aspectos mais técnicos e específicos do tema haviam sido amplamente abordados por um painel altamente qualificado, o que tornava desnecessário retomar esses pontos.

Em seguida, ele deslocou o foco de sua fala para a dimensão política do debate, destacando que, para que o setor possa ter uma correspondente contraprestação do Poder Público, é preciso que a representação política da pecuária sustentável se faça cada vez mais presente.

De acordo com ele, é por meio dessa ação política organizada que se torna possível a sensibilização e o convencimento de atores centrais da tomada de decisão, como o ministro da Fazenda, o ministro da Agricultura e o Congresso Nacional.

Ele exemplificou essa lacuna ao mencionar que bilhões de reais em emendas parlamentares têm sido destinados à compra de tratores, enquanto praticamente não há recursos voltados ao apoio de medidas preventivas de incêndios florestais ou ao fortalecimento das secretarias de meio ambiente para acelerar processos como a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Em seguida, André Lima afirmou que o momento exige um reposicionamento mais claro desse “novo agro”, que já vem fazendo a diferença na ponta, assumindo pactos e construindo soluções concretas.

Ele ressaltou que o país precisa deixar de operar apenas na lógica de poucos bilhões ou centenas de bilhões em incentivos pontuais e passar a trabalhar com escalas mais ambiciosas, de dezenas ou centenas de bilhões de reais, voltadas tanto ao aumento da produtividade em áreas já abertas quanto à restauração florestal.

De acordo com André Lima, esse esforço deve incluir incentivos tributários e econômicos para quem adere a pactos voluntários e a outras iniciativas sustentáveis, permitindo que o Estado brasileiro atue menos de forma predominante na lógica de comando e controle e mais na promoção de incentivos econômicos. Para que isso aconteça, ele afirmou ser indispensável contar com tomadores de decisão politicamente lastreados, capazes de sustentar essa mudança de abordagem.

Ao final, André Lima observou que o contexto eleitoral do próximo ano torna ainda mais relevante o surgimento e a consolidação de lideranças políticas comprometidas com o agro sustentável. Segundo ele, é importante que essa nova geração do setor se apresente publicamente e dispute espaços institucionais, contribuindo para a construção de representações cada vez mais alinhadas com os compromissos discutidos ao longo do evento.

Ele concluiu afirmando que esse fortalecimento político tende a reverberar em avanços amplos e sistêmicos, de baixo para cima e em todo o território nacional, ressaltando que essa necessidade é sentida não apenas como cidadão, mas também no exercício de sua função no governo, diante da importância de um maior lastro político no setor agroambiental brasileiro.

Já **Ana Doralina Menezes** afirmou, em suas considerações finais, que, à luz de tudo o que foi debatido ao longo do evento, é possível reconhecer um consenso em torno de três conceitos centrais — legalidade, sustentabilidade e competitividade da pecuária e do agronegócio — que não podem ser tratados de forma isolada.

Segundo ela, esses três elementos se somam e devem ser compreendidos como partes indissociáveis de um mesmo processo de evolução do setor, sendo fundamental alinhá-los para que a cadeia produtiva alcance seus objetivos comuns e gere ganhos compartilhados.

Esse caminho, no entanto, só pode ser construído por meio de um esforço coletivo, diz. Ela ressaltou que ninguém avança sozinho e que a lógica da cooperação deve orientar as relações entre todos os elos da cadeia, independentemente do papel ocupado — produtores, indústria, governo, terceiro setor ou instituições financeiras.

Em seguida, ela disse que é preciso cultivar a capacidade de ouvir, de olhar para o lado e de perceber as necessidades do outro, sem que isso dependa de pedidos explícitos, reforçando a importância de um senso coletivo no setor.

A presidente da Mesa destacou ainda que essa postura colaborativa é essencial para lidar com as assimetrias existentes na cadeia, lembrando que a maior parte dos produtores rurais brasileiros é composta por pequenos produtores. Segundo ela, trata-se de pessoas que conduzem a produção no dia a dia, enfrentando sol e chuva, muitas vezes com acesso limitado à informação e dificuldade para compreender exigências técnicas ou regulatórias que chegam de forma pouco acessível.

Para Ana Doralina, esse entendimento deve se estender a todos os elos, pois cada segmento possui seus próprios pontos críticos, que precisam ser reconhecidos e tratados com empatia e cooperação.

Por fim, Ana Doralina afirmou que a construção de uma pecuária mais sustentável e competitiva deve ser entendida como um movimento contínuo. Nesse sentido, ela explicou que o papel da Mesa é convidar todos os atores a se somarem a esse processo, estimulando, em cada instituição e empresa, uma postura mais colaborativa.

Edegar Rosa, da WWF-Brasil, iniciou suas considerações afirmando que os principais gargalos da cadeia já são amplamente conhecidos, como a necessidade de assistência técnica e incentivos financeiros. Segundo ele, esses desafios estão bem identificados no debate setorial e já fazem parte do diagnóstico comum.

De acordo com Edegar, um ponto central de mudança estaria na forma como essa agenda é comunicada e percebida, especialmente pelos produtores. Segundo ele, a sustentabilidade e o combate ao desmatamento não deveriam ser vistos como uma obrigação ou imposição, mas como uma oportunidade concreta. Para ele, há uma distância a ser superada na maneira de levar essa discussão aos produtores, tornando mais claro o potencial positivo dessa agenda.

Edegar ressaltou que essa abordagem pode representar uma oportunidade de abertura e garantia de mercados. Como exemplo, Edegar mencionou que, em diálogos realizados na China, foi identificado espaço para discutir a abertura de mercados específicos, como o de miúdos bovinos, associados a uma agenda livre de desmatamento. Para ele, esse tipo de iniciativa pode facilitar o reconhecimento internacional do país, que já possui um nível elevado de capacidade produtiva.

Por fim, Edegar afirmou que esse movimento passa necessariamente por incentivos financeiros e por melhores condições de mercado. Ele reforçou que, ao invés de tratar a agenda ambiental como um requisito ou critério restritivo, o Brasil deve

encará-la como uma oportunidade estratégica de diferenciação frente a outros países produtores, destacando que o país tem plena condição de se posicionar de forma competitiva e sustentável no cenário global.

Já para Cíntia Cespedes, da Febraban, um dos grandes desafios que se impõe ao setor é a questão dos dados. Segundo ela, o volume de informações exigidas para análises de risco e oportunidade é elevado, e os pequenos produtores são justamente os que enfrentam maior dificuldade para fornecer essas informações.

De acordo com Cíntia, hoje o produtor rural é constantemente demandado por diferentes atores — bancos, governo, certificadoras — o que torna o processo complexo e oneroso, especialmente para os pequenos, que são maioria e têm menos estrutura para lidar com esse volume de solicitações. Para ela, essa dinâmica precisa ser mais bem coordenada entre entidades privadas, sociedade civil, certificadoras e políticas públicas, de modo a facilitar a vida do produtor e tornar o fluxo de informações mais eficiente.

Ao tratar especificamente do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Cíntia lembrou que se trata de um instrumento autodeclaratório e que o percentual de validação ainda é muito baixo, inferior a 5%. Segundo ela, apesar disso, essa informação é amplamente utilizada por diferentes agentes para análises de risco e tomada de decisão, o que reforça a necessidade de maior coordenação na gestão e uso dos dados, sobretudo quando se trata dos pequenos produtores.

Em sua fala final, Cíntia também abordou a questão dos riscos climáticos, afirmando que existem diversas metodologias e nomenclaturas técnicas que precisam ser mais bem traduzidas para a realidade do pequeno produtor. Segundo ela, não há dúvida de que os produtores, que estão no dia a dia da atividade, conhecem profundamente os riscos e impactos das mudanças climáticas, muitas vezes antes mesmo dos agentes institucionais, ainda que não utilizem os mesmos termos técnicos presentes nas normas e regulações.

Para ela essa tradução do conhecimento técnico e a coordenação entre os diferentes atores devem ser aprimoradas de forma colaborativa, para que o setor avance de maneira mais consistente.

Em suas considerações finais, **Rafael Rocha**, procurador, afirmou que a pergunta colocada ao painel tratava de como acelerar a legalidade e a sustentabilidade, mas que tomaria a liberdade de responder a uma questão correlata: como não acelerar esse processo. Segundo ele, era importante reforçar que os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados pelo Ministério Público não criam novas obrigações, mas apenas reproduzem aquilo que já está previsto na legislação vigente.

De acordo com o procurador, quando o TAC seleciona determinados critérios, ele não incorpora a totalidade das exigências legais, sob pena de se tornar um documento excessivamente extenso e inviável. Ainda assim, quando o TAC reforça normas e regras socioambientais, é fundamental que essas referências estejam estritamente alinhadas ao que determina a lei.

Ele exemplificou essa posição ao citar a data de corte para desmatamento legal no TAC da Carne, que é 22 de julho de 2008, como foi estabelecido pelo Código Florestal. Algumas normas e documentos recentes, no entanto, têm se afastado desse critério legal. Ele citou expressamente o Protocolo do Cerrado e a Resolução nº 5.193 do Conselho Monetário Nacional, que passaram a adotar uma data de corte em 2019.

Rafael Rocha aproveitou a oportunidade para registrar sua preocupação e sua discordância respeitosa em relação a esse deslocamento, ponderando que essa escolha pode refletir uma estratégia de natureza política — não no sentido partidário, mas como uma estratégia de relacionamento e de convencimento.

Segundo ele, essa abordagem poderia estar baseada em um monitoramento gradual, começando pelos fornecedores com desmatamento legal ocorrido após 2019, para, em um segundo momento, avançar no monitoramento daqueles com desmatamento a partir de 2008.

Já **Sílvio Arduini**, do Banco Central do Brasil, abordou a questão de como acelerar a conformidade, destacando, em primeiro lugar, a importância da colaboração. Segundo ele, esse processo ocorre desde a elaboração de normativos até a análise de propostas recebidas, envolvendo diálogo constante com o Ministério do Meio Ambiente, outros órgãos governamentais e interlocutores da sociedade civil.

Nesse sentido, ele explicou que a visão do Banco Central é que as regras precisam ser “algoritmizáveis”, ou seja, passíveis de serem traduzidas em algoritmos que permitam sua aplicação com o mínimo possível de interferência humana, ainda que essa interferência nunca seja totalmente eliminada. Para ele, esse é um elemento central para dar escala e eficiência ao processo de conformidade.

Em seguida, Sílvio afirmou ser um entusiasta da autorregulação. Segundo ele, tudo aquilo que a autorregulação puder avançar para além do que já está estabelecido no arcabouço normativo — tanto legal quanto infralegal — deve ser visto de forma positiva. Ele reconheceu que existem iniciativas que vão além do que a legislação exige e avaliou esse movimento como um avanço desejável.

Por fim, Sílvio ressaltou que todas essas exigências de conformidade também estão diretamente relacionadas à segurança alimentar. De acordo com ele, ao atuar para reduzir o desmatamento, especialmente na Amazônia, o sistema financeiro contribui para a preservação de funções ecológicas essenciais, como a regulação do ciclo hidrológico. Ele lembrou que há estudos científicos que comprovam o papel da floresta amazônica na regulação do fluxo hídrico, com impactos diretos na produção de alimentos em regiões como o Centro-Oeste e o Sul do país, o que reforça a relevância dessas ações para a segurança alimentar.



Painel 3: “Rastreabilidade e Transparência: como o Brasil está se preparando para uma transição ampla da agropecuária na agenda da sustentabilidade”

Mediador: Renato Vilela

Participantes:

José Ricardo Ramos - Presidente, Agridefesa/GO

Eduarda Veiga - Analista ESG Sênior, CJ Selecta

Susy Yoshimura - Diretora de Sustentabilidade do Grupo Carrefour Brasil

Bruno de Jesus Andrade - Diretor de Operações da IMAC

Fabio Medeiros - Diretor Parcerias Estratégicas em Pecuária, TNC Brasil

Ricardo Negri - Procurador da República, MPF – 4ª Câmara

O painel 3 teve início com a participação de **José Ricardo Ramos**, presidente da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AgroDefesa/GO). Ao ser questionado pelo mediador sobre como a rastreabilidade vem sendo implementada no estado, Ramos afirmou que o estado optou por acompanhar integralmente o programa nacional e as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, anunciadas em dezembro do ano passado.

Em seguida, ele lembrou da importância que a rastreabilidade teve para o estado no controle sanitário e reforço da vigilância do rebanho, bem como a importância da pecuária em si. Detentor do 3º maior rebanho do país, com cerca de 23 milhões de cabeças de gado, Goiás tem na bovinocultura de corte e de leite um papel estratégico para sua economia e para o desenvolvimento econômico e social, disse.

Ramos retomou um pouco o histórico da pecuária em solo goiano lembrando que, desde 2021, o estado passou por um período de redução do rebanho, com uma perda em torno de 10%. Ainda assim, ressaltou que a produtividade aumentou no mesmo período, indicando uma mudança positiva no perfil da atividade pecuária, mesmo com a queda no número de animais.

Para o presidente da Agrodefesa, essa combinação de menor número de cabeças com maior produtividade é um indicativo de sustentabilidade da pecuária goiana. Ele explicou que fatores como o abate de fêmeas influenciaram a redução inicial, mas que, com a retomada da retenção de fêmeas, a produtividade segue em crescimento, resultado de políticas públicas de fomento adotadas pelo governo estadual.



“Enquanto agência de defesa agropecuária, nós temos a responsabilidade e a competência de gerir todo esse plano de defesa agropecuária e vislumbramos na rastreabilidade uma ferramenta importantíssima”, disse.

Segundo Ramos, a rastreabilidade vem ao encontro das exigências do mercado, que frequentemente questiona os mecanismos de vigilância e controle.

Ele também destacou a evolução do Sidago, sistema desenvolvido pela própria Agrodefesa desde 2011. De acordo com Ramos, o sistema já está consolidado e presente em cerca de 16 estados além de Goiás, sendo utilizado como referência na gestão da defesa agropecuária.

Em seguida, explicou que a versão mais recente, o Sidago 5.0, já foi disponibilizada aos estados parceiros e contempla o módulo de rastreabilidade, com a característica de plena integração com outros sistemas. Para ele, essa integração é essencial para dar robustez e eficiência ao processo.

Ramos afirmou ainda que os diferentes requisitos de mercado podem ser agregados à rastreabilidade básica, conforme o interesse de cada produtor ou elo da cadeia. Para ele, a identificação individual funciona como um alicerce sobre o qual podem ser construídas outras exigências.

O presidente da Agrodefesa informou que, ainda no final do mês de outubro ou no início de novembro, seria iniciada uma prova de conceito em campo. Segundo ele, o objetivo é testar o sistema de forma ampla, estressar suas funcionalidades e promover os ajustes necessários antes da implementação em maior escala.

Por fim, José Ricardo Ramos destacou a criação da Rede Compartilhada de Defesa Agropecuária, colocada à disposição dos estados parceiros para ampliar a troca de informações. Para ele, esse compartilhamento é fundamental para aumentar a transparência nos trânsitos, especialmente no trânsito bovino, e reforçou que Goiás não atua de forma isolada, mas em cooperação com estados vizinhos, sobretudo aqueles que já utilizam o Sidago como sistema de defesa agropecuária.

Na sequência, o mediador passou a palavra para **Eduarda Veiga**, analista ESG da CJ Selecta, questionando-a sobre como funciona a rastreabilidade na cadeia da soja.

Eduarda afirmou que a cadeia da soja enfrenta desafios de rastreabilidade muito semelhantes aos observados em outros segmentos do agronegócio. Em seguida, ela passou a apresentar as ferramentas que a empresa vem desenvolvendo para garantir a rastreabilidade ao longo de toda a cadeia de valor, abrangendo fornecedores diretos, indiretos e também a entrega de dados ao cliente final.

Para Eduarda Veiga, a pressão por rastreabilidade vem principalmente da ponta final da cadeia. Antes de entrar nos detalhes técnicos, ela apresentou a CJ Selecta como uma indústria do agronegócio com mais de 40 anos de atuação, localizada em Araguari, em Minas Gerais, com produção diversificada baseada na soja.

Ela explicou que a empresa produz mais de sete derivados da soja, entre eles lecitina, concentrado proteico de soja (SPC), óleo, além de contar com uma planta de biofertilizantes e outra de etanol de melaço de soja. De acordo com Eduarda, a empresa inclusive pleiteia o enquadramento dessa produção na rota do Renovabio, aguardando esse reconhecimento.

Em seguida, destacou que os produtos óleo e SPC foram impulsionados por demandas específicas de clientes e parceiros. Segundo ela, muitos dos resultados apresentados hoje são fruto direto dessas exigências, especialmente no caso do SPC, já que a CJ Selecta está entre os maiores exportadores do produto.

Ela explicou que, no caso do SPC, já havia uma exigência de mercados internacionais, como o da Noruega e do Chile, relacionada à rastreabilidade e à origem da soja. Para ela, o atendimento a essas demandas abriu novas oportunidades e levou a empresa a estender as soluções desenvolvidas para outros produtos.

No caso dos fornecedores diretos, ela relatou o desenvolvimento do chamado monitor de sustentabilidade. De acordo com Eduarda, trata-se de um sistema integrado ao ERP da empresa, no qual todas as análises socioambientais foram automatizadas, permitindo maior eficiência e padronização dos processos.

Ela disse que, além da integração interna dos sistemas da empresa, foi possível conectar essas informações a um sistema de geomonitoramento. Para Eduarda, isso trouxe ganhos relevantes de transparência e permitiu visualizar aspectos da cadeia que antes não eram acessíveis.

“Isso trouxe muita transparência para a cadeia, a gente conseguiu olhar para outras coisas que antes a gente não conseguia ver. Atualmente, conseguimos realizar análises individuais e em massa e, por volta de 7 minutos, conseguimos analisar, em média, 400 CAR. Isso foi uma grande evolução para nós”, disse.

Para Eduarda, a tecnologia precisa ser uma aliada central nesse processo. Ela ressaltou a importância de transformar análises em códigos e otimizar rotinas para garantir clareza sobre os dados trabalhados, afirmando que os dados são um ativo estratégico para a gestão da sustentabilidade.

“Dados são um poder, a gente precisa olhar para eles”, afirmou.

Ela explicou que, atualmente, toda a cadeia da CJ Selecta, desde a fase contratual até a entrada da soja na planta industrial, passa por verificação. Segundo ela, isso trouxe um elevado nível de segurança e transparência, reconhecido tanto por auditores quanto pelos demais atores da cadeia.

Em relação aos fornecedores indiretos, Eduarda apresentou o projeto Green Refinery desenvolvido a partir de uma parceria com a Unilever. De acordo com ela, o projeto replica a lógica aplicada aos fornecedores diretos, mas voltada especificamente aos indiretos.



Ela explicou que, nesse modelo, os fornecedores indiretos são engajados e precisam fornecer informações completas sobre a origem de toda a soja que entra em seus armazéns. Para Eduarda, o foco não é apenas a soja vendida à CJ Selecta, mas toda a cadeia de fornecimento desses parceiros.

Essa abordagem, disse, amplia o olhar sobre a cadeia como um todo e evita uma visão restrita apenas ao que chega diretamente à empresa.

Na parte final de sua fala inicial, Eduarda falou sobre o Soy Trace, aplicativo lançado em 2022 e que vem sendo continuamente aprimorado. De acordo com ela, a ferramenta foi desenvolvida para o cliente final, atendendo a uma exigência específica dos compradores de SPC.

Ela explicou que o aplicativo, disponível em versão desktop e mobile, permite ao cliente verificar a origem da soja de cada lote, com informações em nível municipal, estadual e de bioma. Para Eduarda, essa funcionalidade ampliou significativamente a transparência da cadeia.

Por fim, Eduarda Veiga destacou que o Soy Trace também reúne laudos de qualidade, informações socioambientais e dados socioeconômicos públicos. Para ela, integrar qualidade e sustentabilidade em uma única ferramenta representou um ganho importante para a empresa e para toda a cadeia da soja.

Na sequência, a palavra foi passada para **Susy Yoshimura**, diretora de sustentabilidade do Carrefour. Ela foi questionada pelo mediador como o Carrefour tem trabalhado para engajar seus fornecedores na agenda da rastreabilidade e sustentabilidade.

Susy explicou que o grupo Carrefour e suas bandeiras no Brasil — como Atacadão, Sam's Club e o próprio Carrefour — trabalham com cerca de cinco mil fornecedores. Segundo ela, aproximadamente metade desses fornecedores mantém vínculo direto com a produção agropecuária, sem necessariamente passar por uma indústria de transformação.



De acordo com a diretora, ao falar de rastreabilidade e transparência no varejo alimentar, o foco está na originação e na qualificação dos fornecedores, independentemente do tipo de critério adotado. Para ela, essa preocupação não se limita a um produto específico, mas à garantia de oferta para um universo amplo de consumidores.

“É muito importante colocar que quando a gente está se preocupando com isso, a gente não está necessariamente se preocupando com um produto específico. A gente está se preocupando em oferecer e garantir isso para os 200 milhões de brasileiros, 60 milhões de consumidores que a gente tem todos os meses”, disse.

Para ela, isso amplia significativamente a responsabilidade da empresa, já que cada produto, tipo de produção e perfil de fornecedor apresenta particularidades que precisam ser observadas, tanto sob a ótica de riscos quanto de impactos positivos.

Segundo Susy, quando o varejo olha para a mitigação de riscos, especialmente no contexto brasileiro, quatro grandes temas se destacam: desmatamento, conservação da biodiversidade, bem-estar animal e condições de trabalho. Para ela, esses são os macrotemas que orientam as estratégias do setor.

Ela afirmou que, no caso específico do desmatamento no Brasil, a rastreabilidade, a originação e a qualificação dos fornecedores são fundamentais para reduzir riscos e, ao mesmo tempo, potencializar aspectos positivos.

“A rastreabilidade não é só para combater desmatamento, mas também para potencializar práticas regenerativas, responsáveis, que acabam criando um ciclo muito positivo”, disse.

Em seguida, Susy explicou que esse trabalho precisa ser feito diretamente com os fornecedores, que são parceiros comerciais do varejo, e, a partir deles, avançar para toda a cadeia produtiva. Para ela, trata-se de um movimento que começa no relacionamento comercial, mas se estende de forma mais ampla.

Para exemplificar, Susy mencionou a cadeia da soja, ressaltando que ela nem sempre aparece como ingrediente final. Segundo ela, a soja pode compor a ração animal que alimenta o gado e, posteriormente, resultar na proteína animal comercializada nas lojas, o que demonstra a complexidade da cadeia.

De acordo com a gerente do Carrefour, lidar com essa complexidade exige um processo contínuo de engajamento. Ela destacou que engajamento, nesse caso, significa assumir compromissos comerciais concretos, baseados em confiança, qualidade, preço, volume, origem e tempo de entrega.

Em seguida, Susy afirmou que é papel das empresas ajudar a viabilizar esses compromissos ao longo da cadeia. Para ela, a carne se tornou um caso emblemático dentro do Carrefour, justamente pelo nível de aprofundamento necessário e pelas discussões iniciadas há anos em espaços como o Boi na Linha.

Por fim, Susy Yoshimura ressaltou que o desafio não deve ser encarado como uma exigência isolada de um varejista para produtores ou frigoríficos. Para ela, os avanços dependem de processos colaborativos, que enxerguem não apenas cadeias individuais de abastecimento, mas a cadeia produtiva como um todo, com ganhos reais de sustentabilidade.

Bruno Andrade, diretor de operações do Instituto Mato-grossense da Carne (IMAC), foi o próximo a falar. Ele foi questionado pelo mediador sobre a criação e funcionamento do Passaporte Verde.

Andrade então explicou que o Passaporte Verde surgiu há cerca de quatro anos e está inserido em uma política pública mais ampla de sustentabilidade do Estado de Mato Grosso. Segundo ele, essa política foi estruturada para responder aos desafios socioambientais da pecuária estadual de forma integrada.

O primeiro eixo dessa política, explica ele, é justamente o Passaporte Verde, que consiste no monitoramento socioambiental contínuo de todas as propriedades pecuárias do estado. Para ele, isso envolve mais de 110 mil propriedades rurais que passarão a ser acompanhadas de forma permanente. Em seguida, Andrade esclareceu que a iniciativa está formalizada em um projeto de lei, atualmente em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o PL nº 145.

Para o diretor, além do Passaporte Verde, a política mato-grossense conta com outros dois pilares. Um deles é o programa de reinserção e monitoramento, que ele definiu como o “coração da estratégia”, e outro é voltado ao estímulo da produtividade e à melhoria da carcaça dos animais.

Segundo Andrade, o modelo foi construído ao longo de anos de diálogo, a partir de discussões com o setor produtivo, participação em feiras e eventos nacionais e internacionais, além da atuação de um conselho formado por indústrias frigoríficas e produtores. Para ele, esse processo foi fundamental para refletir as particularidades do estado.

Em seguida, Bruno explicou que a identificação individual dos animais é a peça central do Passaporte Verde. De acordo com ele, essa identificação permite a rastreabilidade completa de cada animal, desde o nascimento até o abate, garantindo maior controle e transparência ao longo da cadeia.



O monitoramento socioambiental, no entanto, não se limita às propriedades rurais, diz. **“O monitoramento socioambiental que o Passaporte Verde vai fazer não é somente das propriedades, mas é o monitoramento socioambiental de cada animal movimentado desde o momento do seu nascimento na propriedade do indivíduo onde o indivíduo foi identificado inicialmente até o abate”**, explica.

Em relação à implementação, Bruno afirmou que foi definido um escalonamento construído em diálogo com o setor produtivo. Inicialmente, pensou-se em iniciar o programa em 2026, mas, após discussões, optou-se por alinhar os prazos ao Plano Nacional de Identificação de Bovinos e Bubalinos, com ajustes específicos para o estado.

Segundo Andrade, nos primeiros quatro anos, o foco estará nas propriedades que apresentam algum tipo de restrição socioambiental, como embargos ou alertas de desmatamento. Para ele, esse grupo reúne cerca de 33 mil propriedades e entre 7 e 10 milhões de animais que serão identificados e monitorados continuamente.

Em seguida, Andrade destacou que o programa permanece aberto à adesão voluntária de outras propriedades que não estejam nesse grupo prioritário. Para ele, o objetivo é ampliar gradualmente a participação e fortalecer a política de forma abrangente.

O diretor disse também que a construção do Passaporte Verde envolveu intensamente diferentes atores, como Acimat, Famato, indústrias frigoríficas, a Secretaria de Meio Ambiente (Sema), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e outros órgãos estratégicos. Segundo ele, o IMAC está diretamente vinculado a essa estrutura institucional.

Ao relembrar o projeto de lei que está para ser aprovado, o diretor afirma que este é apenas o início do processo. Para ele, o maior desafio será a implementação prática, que exigirá cooperação constante entre os diferentes entes para garantir capilaridade e efetividade ao programa.

Por fim, Bruno ressaltou que uma demanda central dos produtores foi manter separadas as agendas sanitária e ambiental. Segundo ele, o controle sanitário seguirá sob responsabilidade do INDEA, enquanto o monitoramento socioambiental, com foco em riscos de mercado, ficará a cargo do IMAC, sempre em articulação com os demais parceiros.

Na sequência, **Fábio Medeiros**, Diretor Parcerias Estratégicas em Pecuária da TNC Brasil foi convidado a fazer suas contribuições. A pergunta inicial do mediador foi sobre a experiência da TNC nos projetos de rastreabilidade individual existentes.

Medeiros afirmou que, nos últimos três anos, a rastreabilidade e a conformidade socioambiental se tornaram temas centrais no debate sobre a pecuária. Segundo ele, esses termos passaram a ocupar o topo das discussões, muitas vezes sem que se reflita sobre as origens mais profundas desse movimento.

De acordo com ele, é comum atribuir essa agenda exclusivamente a fatores como a regulamentação europeia, os compromissos corporativos de descarbonização, exigências do sistema financeiro ou normas do Banco Central. Para ele, embora esses motores sejam relevantes, eles não explicam sozinhos a centralidade que o tema ganhou recentemente.

“A gente sempre esquece que por trás de tudo isso, existe um fenômeno que vem acontecendo nos últimos 15, 20 anos, que é a globalização das cadeias de suprimento e, principalmente, uma mudança na percepção e no entendimento dos consumidores, que passaram a exigir coisas a mais. Passaram a exigir legalidade, passaram a exigir questões relacionadas à mudança climática, à descarbonização das cadeias de suprimento, fim do desmatamento, preservação da biodiversidade e assim por diante”, disse, ao pontual que isso torna o debate muito mais amplo do que uma resposta pontual a legislações específicas.

Como exemplo, Medeiros citou um congresso recente realizado na FAO sobre transformação sustentável da pecuária, com abrangência para diferentes cadeias produtivas. De acordo com ele, ao longo de três dias de workshops, a rastreabilidade apareceu de forma recorrente como um vetor central do processo de transformação.

Para Medeiros, a rastreabilidade cumpre múltiplas funções estratégicas, como facilitar o acesso ao crédito, apoiar a implementação de tecnologias, viabilizar programas sanitários mais avançados e melhorar a gestão das propriedades rurais. Segundo ele, também atua como instrumento para distribuição de incentivos e diferenciação de produtos.

Em seguida, Medeiros afirmou que a ferramenta é fundamental para viabilizar protocolos de carnes diferenciadas, pagamento por serviços ambientais e, sobretudo, para garantir a conformidade e legalidade dos produtos. Para ele, isso assegura que o consumidor tenha acesso a produtos que atendam às exigências de mercado.

“Eu acho muito temerário que a gente esteja subestimando muito o potencial dessa ferramenta da rastreabilidade, quando restringimos o uso dela unicamente para questões sanitárias. A gente tem muito mais para destravar com essa ferramenta e ter valor para a produção nacional”, defende.

Medeiros avaliou de forma positiva políticas públicas em implementação, como a política do Estado do Pará e o Passaporte Verde, em discussão no Mato Grosso. Segundo ele, essas iniciativas avançam ao tratar a conformidade de forma mais abrangente e integrada.



Em seguida, Fábio criticou debates que se concentram excessivamente na propriedade dos dados. Para ele, os dados dizem respeito ao produto e devem acompanhar o seu custodiante, de modo que quem compra a carne tenha direito ao acesso às informações associadas àquele produto.

Segundo ele, o valor não está simplesmente no acesso à informação, mas na demanda do consumidor. É a exigência do mercado que gera prêmios, diferenciação e benefícios econômicos associados à rastreabilidade e à conformidade, diz.

Por fim, Fábio afirmou que a conformidade dos produtos deixou de ser negociável e passou a ser condição básica de negócio nas cadeias globais, inclusive em mercados como o chinês. Para ele, o caminho adiante exige atuação conjunta da cadeia produtiva, sem desconfiança ou discursos vazios, somando esforços para construir uma pecuária mais transparente e virtuosa.

Ricardo Negrini, procurador da República, contribuiu em seguida, trazendo a visão do Ministério Público para o tema. Ele foi questionado pelo mediador sobre as iniciativas do MPF para a questão dos fornecedores indiretos da cadeia da pecuária e sobre o Protocolo dos Grãos.

Negrini iniciou pela cadeia dos grãos, afirmando que se trata de uma agenda que historicamente esteve menos presente nos eventos, mas que vem ganhando espaço, especialmente com a implementação do Protocolo Verde dos Grãos do Ministério Público Federal.

De acordo com o procurador, a retomada dessa agenda está relacionada à expansão da produção de soja e à pressão crescente sobre a Amazônia. Para ele, esse contexto justifica a aplicação, no setor de grãos, de experiências já testadas na pecuária, ainda que de forma parcial, especialmente no que se refere à legalidade e à conformidade socioambiental.

Em seguida, ele explicou que o protocolo estabelece regras claras e um detalhamento progressivo dos critérios de referência, incluindo a realização de auditorias. Para Negrini, assim como ocorre na pecuária, onde frigoríficos se submetem a auditorias para dar transparência à legalidade das compras de gado, o mesmo modelo pode e deve ser aplicado à cadeia da soja.



Segundo o procurador, muitos dos desafios se repetem nas duas cadeias produtivas, sendo a rastreabilidade uma delas. **“A questão da rastreabilidade, que é um desafio enorme na pecuária, é um desafio talvez ainda maior na soja, porque pelo menos na pecuária a gente tem a GTA. Pelo menos é um documento que nos fornece uma base de dados suficientes para fazer algumas vinculações comerciais”**, disse.

Ele lamentou, no entanto, que o Brasil ainda não disponha de uma política pública nacional que torne obrigatória uma Guia de Trânsito Vegetal, capaz de assegurar o controle de origem e destino dos produtos vegetais.

De acordo com o procurador, existem hoje apenas instrumentos pontuais, como a guia adotada no Pará para produtos específicos ou permissões relacionadas ao controle de pragas. Para ele, seria fundamental contar com um sistema público, transparente e confiável de controle vegetal, nos mesmos moldes do que se exige com a GTA na pecuária.

Em seguida, Negrini destacou que, uma vez produzida, a informação não deve ter seu uso restrito. Ainda que documentos como a GTA tenham sido concebidos inicialmente com finalidade sanitária, eles também funcionam como prova de origem e, portanto, são essenciais para a rastreabilidade e para a implementação da conformidade socioambiental nas cadeias produtivas, diz.

“Eu fico feliz de ouvir que o tema da rastreabilidade está em voga, porque isso é sinal de que nós temos hoje um consenso em todo o setor. Esse consenso é que todos os participantes da cadeia produtiva se responsabilizam em algum grau pelo que acontece nessa cadeia, pela conformidade, legalidade socioambiental que está presente na mesma cadeia produtiva”, disse.

Ele avaliou que o interesse das empresas, financiadores e demais atores pela rastreabilidade indica um avanço na percepção de responsabilidade coletiva, tanto na pecuária quanto na cadeia de grãos.

Em seguida, o procurador ressaltou que a rastreabilidade individual é considerada a solução de referência, ou “padrão ouro”, defendida historicamente pelo MPF, especialmente por meio da identificação individual dos animais. No entanto, reconheceu que se trata de uma solução complexa, de longo prazo e de difícil implementação imediata.

Enquanto essa solução mais sofisticada não se concretiza, diz ele, existem alternativas mais simples e menos custosas. O procurador citou exemplos como o Passaporte Verde, o Programa de Integridade do Ministério Público do Pará e a possibilidade de integração entre os bancos de dados do Cadastro Ambiental Rural e das GTAs.

“Se a gente tivesse as agências agropecuárias inserindo o número do CAR em cada cadastro agropecuário, em cada fazenda, isso seria um avanço enorme, permitiria que a gente fizesse uma série de cruzamentos com grande precisão para saber a origem daquele produto, daquele animal. Então, eu acho que nós temos que pensar nas soluções complexas para o agro, mas nós podemos também pensar nas soluções que estão ao nosso alcance, que nós temos hoje condições de fazer”, defendeu.

Por fim, Ricardo Negrini afirmou que o Brasil já dispõe das informações necessárias para avançar nessa agenda, tanto no âmbito estadual quanto federal. Para o procurador, é urgente transformar essas bases de dados em instrumentos efetivos de controle e transparência, de modo a enfrentar de forma mais consistente os desafios da rastreabilidade e da conformidade socioambiental.

Na segunda parte da dinâmica do debate, o mediador endereçou uma pergunta a cada participante, que foi convidado a, já neste momento, fazer suas considerações finais.

A **José Ricardo Ramos**, presidente da Agrodefesa, o mediador perguntou sobre a necessidade da obrigatoriedade da rastreabilidade individual em Goiás.

Ramos afirmou que a rastreabilidade deve ser compreendida como uma ferramenta de reforço da vigilância já exercida sobre o rebanho. Segundo ele, o controle individual dos animais amplia a capacidade de monitoramento que hoje já existe, fortalecendo as ações de defesa sanitária conduzidas pelo estado.

De acordo com o presidente da agência, o estado realiza a rastreabilidade via Guia de Trânsito Animal (GTA), que opera de forma coletiva. Ele disse, no entanto, que a adoção da rastreabilidade individual representa um avanço relevante, não apenas do ponto de vista do controle, mas também por permitir a incorporação de novas ferramentas, especialmente relacionadas à qualificação socioambiental e à abertura de oportunidades mercadológicas para a pecuária de corte.

Para Ramos, Goiás tem encarado essa agenda como uma oportunidade de avançar na conformidade da cadeia produtiva. Ele destacou que o estado possui uma ocupação territorial consolidada e não enfrenta passivos ambientais graves, além de contar com um ativo estratégico relevante, o Cerrado, tratado como patrimônio dos goianos, ainda que compartilhado com outros estados.

Segundo Ramos, a evolução recente da produção agropecuária em Goiás tem ocorrido majoritariamente sobre áreas degradadas. Ele explicou que a conversão de pastagens degradadas para a produção de grãos, especialmente no Vale do Araguaia, tem incorporado técnicas sustentáveis, agregando tecnologia e reduzindo a pressão sobre o Cerrado.

Ramos ressaltou ainda que esse movimento vem acompanhado de um olhar atento para a preservação e a recuperação ambiental. Ele citou programas já consolidados de pagamento por serviços ambientais, que em 2024 passaram a remunerar produtores entre R\$ 400 e R\$ 600 por hectare recuperado e mantido, com recursos oriundos de multas e termos de ajustamento de conduta gerados no âmbito da própria secretaria.

Por fim, Ramos destacou os acordos colaborativos firmados com outros estados, tanto para integração de sistemas quanto para troca de informações. Ele mencionou a cooperação técnica com o Rio Grande do Sul, que já permite a integração entre sistemas distintos, e disse que a meta agora é ampliar esse intercâmbio para outros estados, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dada a intensa circulação de produtos agropecuários, especialmente de animais, entre essas regiões.

Na sequência, Bruno Andrade, diretor de operações do IMAC, foi questionado sobre a importância da separação entre o monitoramento ambiental e sanitário.

Andrade explicou então que, da forma como o Passaporte Verde foi estruturado, é preciso reconhecer que ainda existem muitos problemas a serem enfrentados. Segundo ele, não se trata de uma realidade restrita ao Mato Grosso, mas de um desafio nacional, que exige soluções construídas sem penalizar imediatamente o produtor ou rotulá-lo como irregular.

De acordo com o diretor, é nesse contexto que o programa de reinserção e monitoramento assume papel central, funcionando como o coração de todo o processo. É ele que permite apoiar o produtor na correção das irregularidades, seja na regeneração de áreas com desmatamento ilegal, na resolução de embargos ambientais ou na validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), diz.

Para Andrade, quando os dados começaram a ser sistematizados, ficou claro o risco de exclusão de um grande número de produtores. Ele citou estudo que aponta a existência de 16 a 20 mil fornecedores diretos que vendem gado anualmente para frigoríficos em Mato Grosso, além de 40 a 46 mil fornecedores indiretos e outros 20 a 24 mil produtores em elos ainda mais distantes da cadeia, ressaltando a complexidade dessas relações, que não seguem uma lógica linear.

Segundo Andrade, esse cenário reforça a necessidade de mapear os problemas e endereçar soluções específicas. Por isso, o Passaporte Verde começará pelas propriedades com restrições ambientais, que em sua maioria são pequenas fazendas, com até 100 animais. Ele acrescentou que levantamentos baseados no Sicar indicam que cerca de 70% dessas propriedades têm até quatro módulos fiscais e estão concentradas em regiões mais sensíveis, como o noroeste e o norte do estado, além do Pantanal e de áreas de assentamento.

“A gente tem uma grande oportunidade de trazer esse cara para a luz, de trazer esse cara para o jogo e criar oportunidades para ele. Por isso que a gente não quer dificultar a situação combinando dois temas que, para ele, é um todo ainda. É uma coisa muito complicada. Então vamos tentar facilitar o máximo possível para que a gente consiga ter algo que possa evoluir de uma maneira mais suave, digamos assim”, disse, em referência direta à pergunta do mediador.

Andrade ressaltou que a identificação individual é a base do sistema, funcionando como um número único, utilizado tanto para controles sanitários quanto socioambientais, em lógica semelhante a um CPF, emitido por um órgão específico, mas usado para múltiplas finalidades.

Por fim, ele afirmou que uma força-tarefa está sendo estruturada para regularizar o quanto antes as propriedades com problemas, especialmente antes do cumprimento dos prazos do Plano Nacional de Identificação de Bovinos.

Ele reconheceu que não será possível atender a todos os perfis de produtores, mas reforçou que o foco está nos pequenos produtores, com até quatro módulos fiscais e até 100 animais, para os quais o programa pode abrir oportunidades, facilitar a regularização e estimular investimentos que tornem a atividade economicamente mais viável.

A **Eduarda Veiga**, da CJ Selecta, o mediador perguntou sobre a confiabilidade da rastreabilidade da soja por balanço de massa.

Eduarda então explicou que o balanço de massa é hoje uma ferramenta considerada confiável dentro da realidade operacional da CJ Selecta, especialmente porque a empresa trabalha com armazéns segregados. Segundo ela, essa confiabilidade é reforçada pela certificação adotada, que, além das verificações relacionadas ao CAR, incorpora outros critérios socioambientais checados ponto a ponto ao longo da cadeia.

De acordo com ela, todo o processo é auditado desde o recebimento da soja, passando pelo armazenamento, até a etapa final da cadeia, garantindo que, no momento do embarque, haja segurança de que o produto está qualificado. Em seguida, ela ressaltou que o balanço de massa se impõe como solução prática porque, diferentemente da pecuária, não é possível “carimbar” a soja ou utilizar um identificador individual, como o brinco no gado.

Para Eduarda, diante dessa limitação física, é necessário recorrer a outros mecanismos que tragam responsabilidade e corresponsabilidade para todos os elos da cadeia. Ela explicou que, atualmente, a empresa opera com dois tipos de certificação: ProTerra para soja convencional e RTRS para soja transgênica, reconhecendo, no entanto, que processos adicionais, como melhorias na logística e maior controle interno, por exemplo, poderiam fortalecer ainda mais a rastreabilidade.

Ela observou ainda que a cadeia da soja é altamente complexa e envolve múltiplos operadores, o que inviabiliza soluções totalmente internalizadas sem custos elevados. Por isso, segundo ela, o balanço de massa segue sendo utilizado, mesmo com a compreensão clara dos riscos, das complexidades e das lacunas que o modelo apresenta, sempre acompanhado de mecanismos complementares para dar respaldo às garantias socioambientais.

Nas considerações finais, Veiga agradeceu a oportunidade de participar do debate e afirmou compartilhar a visão de que a rastreabilidade não deve ser encarada como um fim em si mesma, mas como uma corresponsabilidade capaz de gerar novos valores. Para ela, a rastreabilidade pode ser usada como ferramenta de agregação de valor e diferenciação de mercado, como demonstra o fato de a empresa já apresentar uma pegada de carbono inferior à média global.

Segundo Eduarda, esse resultado só foi possível graças à rastreabilidade e à coleta de dados primários junto aos produtores, um processo complexo, mas estratégico. Ela avaliou que o mercado e os consumidores finais não irão recuar nas exigências, especialmente diante das mudanças de hábitos e das novas cobranças sociais trazidas por gerações mais jovens.

Por fim, Eduarda, afirmou que, após um longo caminho já percorrido, o desafio agora é avançar na melhoria dos sistemas, ampliar a integração entre parceiros, dados e ferramentas e fortalecer o diálogo entre os elos da cadeia. Para ela, é fundamental alinhar todos os atores, levar credibilidade também aos fornecedores indiretos e investir primeiro em incentivos, comunicação, padronização de dados e integração de ferramentas para, então, consolidar a conscientização e o engajamento em sustentabilidade.

Na sequência, **Susy Yoshimura**, Diretora de Sustentabilidade do Grupo Carrefour Brasil, foi questionada sobre como o Carrefour comunica seus esforços de rastreabilidade para os consumidores.

A diretora então afirmou que nem tudo está pronto para ser comunicado imediatamente e que existem etapas que ainda precisam ser cumpridas. Segundo ela, para que algo seja comunicado, percebido ou reconhecido, é fundamental que a corresponsabilidade ao longo da cadeia esteja efetivamente garantida.

O consumidor, diz ela, nem sempre faz uma cobrança explícita, mas parte do pressuposto de que essa responsabilidade existe. Ela destacou que a relação varejista-consumidor final se baseia em confiança e que ninguém compra um produto esperando que ele gere impactos negativos às pessoas, à sociedade ou ao meio ambiente.

Em seguida, Susy ressaltou que essa premissa vale independentemente de o consumidor perguntar ou demandar informações, do nível econômico ou da proposta de valor do produto. Para ela, quando a empresa consegue estruturar processos mais robustos, que não apenas declarem a existência da rastreabilidade, mas garantam rastreabilidade qualificada e transparência, isso pode se tornar um diferencial relevante.

Para a diretora do Carrefour, esse diferencial pode aparecer tanto como valor agregado ao produto quanto como mais um elemento de informação que contribui para a tomada de decisão do consumidor. Ela lembrou que nenhuma decisão de

compra é baseada em um único fator, mas em um conjunto que envolve preço, necessidade, contexto e outros atributos, e que a comunicação pode ajudar a ampliar esse repertório de escolhas.

A diretora de sustentabilidade destacou ainda que, para comunicar mais, é preciso antes garantir que a informação seja comunicável e confiável. Segundo Susy, é essencial ter certeza de que os dados não serão distorcidos nem mal interpretados, além de serem compreensíveis, pois informações que não se conectam com o consumidor não geram valor percebido.

Por fim, Susy explicou que o Carrefour tem buscado avançar nesse sentido por meio de processos mais robustos e parcerias, como certificações com o Imaflora, o Programa de Carne Rastreada do Governo do Pará e iniciativas voltadas à sociobiodiversidade. Para ela, o desafio é comunicar esses atributos mantendo preços competitivos, de forma democrática, garantindo acesso a produtos com qualidade, rastreabilidade, transparência e impacto positivo para toda a população, especialmente em um contexto de insegurança alimentar.

Na sequência, **Fábio Medeiros**, da TNC, foi questionado pelo mediador sobre como garantir que a rastreabilidade da cadeia da pecuária atenda simultaneamente às exigências internacionais e a realidade do mercado brasileiro.

Fábio Medeiros afirmou ser necessário reconhecer os problemas existentes na cadeia produtiva da pecuária e que, apesar de muitos se esquivarem, é fundamental admitir que há milhares de propriedades que ainda precisam de regularização, no Pará e em outros estados, como já havia sido apontado anteriormente no debate.

Após reconhecer a existência de tais problemas, o próximo passo seria traçar caminhos para solucioná-los e começar a oferecer soluções próprias, em vez de apenas reagir a demandas externas.

“A partir do momento que nós tivermos, como cadeia, a maturidade de entender os nossos problemas, enfrentar os nossos problemas e traçar caminhos, a gente começa a ter também a maturidade, como Mato Grosso, que está dando um show de criar um caminho, de criar um fluxo de conformidade”, defende.

Ao relatar a experiência no Pará, Medeiros explicou que, no início da atuação junto ao governo estadual e ao conselho gestor, não havia protocolos ativos de reprodução comercial, e ferramentas como o Siflor ainda estavam em fase de definição.

Hoje, segundo ele, o Siflor está ativo, empresas como a Agrottools já estão credenciadas e operando no estado, e outras iniciativas, como a Produzindo Certo, avançam no mesmo sentido, ampliando as opções para que os produtores possam se qualificar. Ele também mencionou experiências semelhantes em outros estados, como o Protocolo Verde do Mato Grosso.

Por fim, Medeiros destacou que, com esse conjunto de soluções, o Brasil passa a ter condições de apresentar propostas próprias em plataformas como o AgroBrasil Mais Sustentável, mostrando ao mundo alternativas que sejam viáveis e adequadas à realidade nacional.

Ele enfatizou que não é objetivo de ninguém inviabilizar a cadeia produtiva, mas sim construir caminhos que garantam um futuro mais sustentável, economicamente viável e inclusivo, sem deixar de fora a pequena propriedade e aqueles que, muitas vezes por falta de informação, ainda enfrentam dificuldades para se adequar.

Por fim, o procurador **Ricardo Negrini** foi questionado sobre como trazer para o TAC da Carne empresas que ainda não assinaram o compromisso.

Negrini explicou que, de forma objetiva, quando se esgotam as ferramentas de diálogo, o Ministério Público Federal recorre a instrumentos repressivos para trazer empresas ao TAC da Carne. No entanto, segundo ele, essa atuação é sempre pensada como um processo gradativo, no qual se busca ponderar cuidadosamente as medidas adotadas para evitar impactos desproporcionais sobre a cadeia produtiva e para não prejudicar agentes que têm condições de retomar suas atividades dentro da legalidade.

De acordo com Negrini, o MPF reconhece que não é simples para produtores rurais, pequenos frigoríficos e pequenas empresas conciliarem todas as obrigações legais existentes com as pressões do dia a dia, as exigências de mercado e as dificuldades impostas por crises econômicas.

Por isso, ele afirmou que muitas vezes é necessária uma fase de adaptação. Nesse contexto, o Ministério Público prioriza o diálogo e o engajamento, estratégia que ainda está em curso com diversas empresas, inclusive novas entrantes no setor.

“A gente entende que grande parte dos produtores rurais, se tiverem uma oportunidade, vão aproveitar essa oportunidade, vão se requalificar, vão se reinserir. Às vezes, o problema é pequeno e não justifica a pessoa ficar na clandestinidade, se tornar fornecedor indireto do indireto para poder fugir dos controles. Então, a primeira opção é se requalificar. Se isso for fácil, ele vai fazer, se for muito difícil, ele não vai”, disse.

Ao citar o caso do Pará, Negrini destacou que os resultados mostram uma adesão crescente às auditorias ao longo do tempo. Atualmente, cerca de 80% do gado abatido no estado é auditado, percentual que, segundo ele, já representa um avanço significativo. Ele explicou que nunca houve a pretensão de alcançar 100%, considerando a existência de frigoríficos e abatedouros muito pequenos, para os quais esse esforço não se mostra viável. A meta, segundo ele, é chegar a aproximadamente 90%, mantendo uma trajetória contínua de aumento da adesão e de melhoria dos resultados das empresas auditadas.

Negrini observou que, no último ano, houve uma piora pontual nos resultados do Pará em razão da entrada de novas empresas no TAC, que passaram a realizar auditorias sem histórico prévio de monitoramento, o que impactou negativamente os primeiros relatórios.

Por essa razão, ele ressaltou que o MPF evita análises estáticas e punitivas baseadas apenas em um retrato momentâneo. Em vez disso, avalia de forma dinâmica quando a empresa ingressou no processo, qual foi sua evolução ao longo do tempo e quais são as perspectivas de melhoria. Segundo ele, empresas que iniciam o monitoramento podem apresentar resultados iniciais ruins, mas evoluir significativamente nas auditorias seguintes.

Nesse sentido, Negrini afirmou que a lógica adotada é a da melhoria contínua. Empresas que já alcançaram bons resultados não podem retroceder, pois não há justificativa para a perda de desempenho após atingir determinado nível de conformidade. Ele explicou que essa abordagem é aplicada de forma diferenciada entre os estados, levando em conta o estágio de implementação do TAC, já que alguns estão no segundo ciclo de auditorias, enquanto outros ainda realizam o primeiro.

O procurador destacou ainda que, apesar de todos os esforços de facilitação e diálogo, pode haver situações em que se atinge um limite. Ele explicou que muitos produtores rurais, quando têm uma oportunidade real de se regularizar, tendem a aproveitá-la. No entanto, segundo Negrini, existem casos em que, mesmo diante de todas as chances oferecidas, alguns agentes optam deliberadamente por permanecer fora das regras, escolhendo caminhos que consideram mais baratos e não se intimidando nem por mecanismos repressivos, nem pelas exigências de mercado ou pelas políticas de grandes varejistas. Nesses casos, afirmou, o Ministério Público precisa adotar medidas jurídicas mais incisivas.

Ao fazer suas considerações finais, Negrini ressaltou que o debate do painel evidenciou um forte engajamento multisetorial, envolvendo sociedade civil, órgãos de governo e setor privado, no reconhecimento de responsabilidades compartilhadas.

Segundo ele, todos os atores presentes concordam que têm um papel a desempenhar no enfrentamento do desmatamento da Amazônia e vêm contribuindo dentro de suas capacidades, seja o setor financeiro, o varejo ou outros segmentos da cadeia. Para o procurador, essa união é fundamental para que o país continue avançando, permitindo que eventos futuros tragam anúncios cada vez mais relevantes e resultados positivos no combate ao desmatamento.



Inspira Agro

Mauro Lúcio Costa - Presidente da Acripará e proprietário da Fazenda Marupiara

Mauro Lúcio Costa iniciou sua participação no Inspira Agro afirmando que os resultados alcançados em sua trajetória na agropecuária não foram construídos de forma individual, mas coletiva.

Ele iniciou sua fala agradecendo ao Imaflora pela oportunidade e destacou que sua atuação foi fruto do trabalho conjunto com diversas pessoas e instituições, como o Ministério Público Federal, especialmente no contexto do TAC da Carne, além de lideranças locais de Paragominas, representantes do poder público, organizações da sociedade civil e sua própria família. De acordo com ele, esse processo sempre esteve baseado na cooperação e no diálogo, nunca em iniciativas isoladas.

“Todas as vezes que nós deixamos que o diálogo tomasse conta daquilo que nós tínhamos, daquilo que estávamos fazendo, o sucesso foi muito maior”, disse.

Em seguida, Mauro afirmou que se vê como um mensageiro entre produtores rurais e a sociedade, levando informações de um lado para o outro. Segundo ele, os produtores enxergam a sociedade como sua cliente final, o que torna fundamental uma comunicação clara e respeitosa.

Ele avaliou que essa comunicação se deteriorou nos últimos anos, marcada por sentimentos de raiva e polarização, o que compromete a capacidade de empatia e de pensar no outro. De acordo com Mauro, essa perda de diálogo aprofunda dicotomias e impede avanços coletivos.

O produtor citou a experiência de Paragominas como exemplo de sucesso construído a partir do diálogo, lembrando que o programa Município Verde surgiu da disposição de diferentes atores em conversar e compreender as dificuldades mútuas.

Segundo ele, naquele contexto, foi necessário deixar de lado disputas partidárias e rótulos profissionais — como ruralistas e ambientalistas — para que as pessoas se sentassem na mesa como indivíduos dispostos a construir soluções.

De acordo com Mauro, apesar dos avanços tecnológicos disponíveis na pecuária brasileira, existe um grande descompasso entre a tecnologia existente e a tecnologia efetivamente aplicada no campo. Em seguida, ele afirmou que esse hiato não está na falta de ferramentas, mas na mentalidade das pessoas. Segundo o produtor, atualmente já há instrumentos suficientes para promover legalidade, sustentabilidade e aumento de produtividade, mas sem mudança de mindset esses recursos não se convertem em resultados práticos.

“Se nós não trabalharmos a mentalidade dessas pessoas, nós não temos solução”, afirma.



Ao abordar a rastreabilidade, Mauro destacou que, para o produtor rural, ela é antes de tudo uma ferramenta de gestão e de aumento de produtividade. Ele lembrou que o principal indicador de rentabilidade na pecuária é o ganho de peso diário, que só pode ser medido de forma eficiente quando há identificação individual dos animais. Em seguida, ele afirmou que não existe melhoramento genético sem o conhecimento do indivíduo, algo que já é praticado há décadas na pecuária.

Mauro resgatou exemplos históricos da pecuária paraense e gaúcha para ilustrar que a valorização da origem e da “marca” do produtor não é um conceito novo. Segundo ele, isso demonstra que a dificuldade atual não está na ausência de referências, mas na resistência de parte dos produtores em assimilar esses conceitos. De acordo com Mauro, esse desafio novamente remete à necessidade de trabalhar a mentalidade e ampliar a consciência, por meio de uma comunicação mais clara, empática e respeitosa.

“Nós precisamos de trabalhar sobre mentalidade, expansão de consciência, para as pessoas entenderem e aceitarem mais. Ou seja, é uma questão de comunicação, de comunicação com mais amor”, disse.

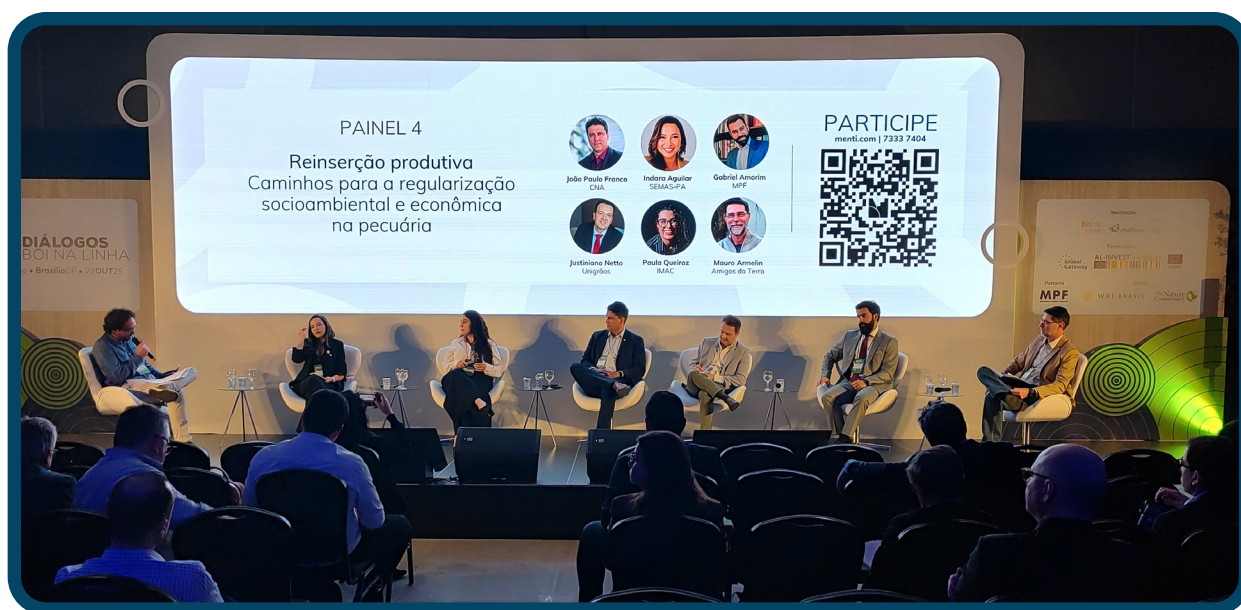
Em seguida, ele criticou a narrativa que associa rastreabilidade à exclusão do pequeno produtor. Segundo Mauro, essa visão é equivocada e promove segregação, pois o pequeno produtor tem, sim, condições de implementar a rastreabilidade e se beneficiar dela. Ele argumentou que os custos frequentemente apontados como impeditivos não se sustentam quando comparados a investimentos históricos já realizados na atividade, como a vacinação, e afirmou que o verdadeiro entrave está na falta de esclarecimento e orientação adequada.

Em seguida, ele ressaltou que defende uma pecuária próspera em harmonia com o meio ambiente e que a prosperidade deve ser entendida como parte fundamental desse processo, especialmente para pequenos produtores.

Ao final, Mauro associou essa mudança de mentalidade à capacidade de reconhecer erros e aprender com eles. Segundo ele, esconder falhas impede o progresso, enquanto reconhecê-las permite correção e aprendizado. Ele afirmou que o desmatamento não é sinônimo de sucesso produtivo, lembrando que o Pará segue como campeão de desmatamento sem que isso represente aumento proporcional de produtividade. De acordo com Mauro, o verdadeiro caminho está em produzir mais e melhor nas áreas já abertas, investindo em manejo adequado do solo e das pastagens.

Mauro concluiu dizendo que o financiamento, por si só, não resolve os problemas do setor se não vier acompanhado de conhecimento, capacitação e orientação técnica. Segundo ele, o crédito apenas potencializa práticas já existentes, sejam elas positivas ou negativas.

“Nós precisamos melhorar, produzir mais e respeitar a natureza que Deus nos deu”, concluiu.



Painel 4: Reinserção do produtor no mercado formal: os incentivos técnicos, legais e econômicos necessários para avançar na regularização ambiental e na promoção da inclusão

Mediador: Renato Vilela

Participantes:

Indara Aguiar - Diretora de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais na SEMAS/PA

Paula Queiroz - Diretora Executiva, IMAC

Justiniano Netto - Diretor Jurídico, Unigrãos

Gabriel Amorim - Procurador da República, MPF – 4ª Câmara

Mauro Armelin - Diretor Executivo, Amigos da Terra – Amazônia Brasileira

João Paulo Franco - Coord. de Produção Animal, CNA

O painel 4 da 3ª Edição dos DIÁLOGOS BOI NA LINHA teve início com a fala de **Indara Aguiar**, Diretora de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais na SEMAS/PA. A ela, o mediador pediu que dividisse a experiência do Pará em relação à reinserção do produtor rural na cadeia.

Indara afirmou que o estado já passou por diferentes etapas de incentivo à ocupação e à produção rural e que, neste momento, o desafio é conduzir uma transição voltada à regularização e à conformidade ambiental. Para ela, esse processo não deve ser visto como algo prejudicial ao mercado ou aos produtores, mas como uma oportunidade de integrar sustentabilidade e viabilidade econômica.

Segundo Indara, o objetivo é garantir que a regularização ambiental seja economicamente interessante para todos os elos da cadeia produtiva, incluindo pequenos, médios e grandes produtores. **“Isso deve ser uma transformação que deve acontecer em conjunto, em conjunto dos produtores, da sociedade civil e também é papel do governo promover e criar caminhos para isso”**, disse.



Para a diretora, o papel do Estado nesse processo não deve se basear exclusivamente em mecanismos de comando e controle, mas em parcerias e apoio institucional. Em seguida, ela explicou que muitos produtores não permanecem fora do mercado formal por falta de interesse, mas por ausência de condições objetivas, o que exige do governo a construção de soluções que permitam esse retorno de forma estruturada.

“O processo da requalificação comercial veio com uma solução sugerida no TAC da Carne, pelo Ministério Público, que entendeu que aquele gado, se ele não está sendo criado, na área que sofreu desmatamento ilegal, existe a possibilidade de, com o isolamento, aquele imóvel retornar ao mercado formal. Claro, com a responsabilidade que ele deve dar continuidade nas ações de regularização ambiental, sim”, disse.

Segundo ela, a ferramenta de requalificação tem sido muito trabalhada no estado do Pará, junto com vários parceiros, de forma a mostrar que o Programa Pecuária Sustentável está vindo com proposição de soluções aos problemas encontrados e de forma a agregar valor à cadeia.

Na sequência, **Paula Queiroz**, diretora executiva do Instituto Mato-grossense da Carne (IMAC), foi questionada sobre como tem sido a experiência da requalificação no Mato Grosso.

Ela então explicou que o Programa de Reinserção e Monitoramento (PREM) é, sobretudo, um programa de aprendizagem, construído ao longo de três anos, que envolve não apenas o produtor rural, mas também o Ministério Público, os órgãos de controle e as instituições responsáveis pela gestão do próprio programa.

Segundo Paula, um dos primeiros desafios é explicar ao produtor que as exigências do PREM não se referem apenas ao atendimento ao mercado internacional ou à exportação, mas principalmente ao cumprimento da legislação brasileira, em especial do Código Florestal. Ela ressaltou que é fundamental que o produtor compreenda que o programa não impõe regras externas ou fora da norma, mas opera dentro do sistema jurídico vigente.

De acordo com Paula, no Mato Grosso os produtores já passaram por diversos processos de idas e vindas institucionais, como as mudanças na gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que gera desgaste e cansaço. Nesse contexto, ela afirmou que a implementação do PREM exige paciência, dedicação e um trabalho contínuo de engajamento, já que produtores que aderem ao programa acabam incentivando outros a participar.

Para a diretora executiva, o aprimoramento técnico é um eixo central do PREM, permitindo que o produtor dialogue tanto com o que é exigido pela Secretaria de Meio Ambiente quanto com as demandas do sistema normativo, especialmente no campo ambiental. Em seguida, ela destacou que, com a incorporação de novas fases associadas a políticas públicas, como o Passaporte Verde, ficou evidente que muitos produtores já detêm conhecimentos sobre regularização ambiental, ainda que de forma não aprofundada.

Paula afirmou que cabe às instituições envolvidas traduzirem esse conhecimento técnico e fazer a ponte entre a realidade da produção rural e as expectativas do Ministério Público e dos órgãos ambientais. Para ela, o PREM funciona como parte de um sistema mais amplo, que inclui etapas como cadastro, autovistoria e assinatura de termos de compromisso, mas que precisa ser simples e acessível para o produtor.

Paula reforça que simplicidade é um dos principais pilares do programa, justamente para evitar uma lógica excessivamente baseada em comando e controle, que já provoca desgaste na ponta.

“O principal desse projeto é tornar simples. Não adianta vir numa cadeia de comando e controle que o produtor já está desgastado. Precisa ser simples. Ele precisa conseguir fazer sozinho”, defendeu.

Por fim, Paula ressaltou que o PREM parte do entendimento de que o produtor nem sempre descumpra prazos por má-fé, mas por limitações concretas do dia a dia, o que exige diálogo e flexibilidade. Para ela, o programa tem funcionado como um grande processo coletivo de aprendizado, que reconhece a interdependência entre todos os elos da cadeia e reforça a necessidade de construção conjunta das soluções.

Em seguida, a palavra foi passada a **Justiniano Netto**, diretor jurídico da Unigrãos. Ele foi questionado sobre o processo de reinserção de produtores na cadeia dos grãos.



Netto então apresentou a experiência do Protocolo de Grãos, iniciativa lançada em 2014 no município de Paragominas, no âmbito do Programa Municípios Verdes, a partir de uma articulação entre o Ministério Público Federal e o governo do Estado do Pará. Ele destacou que o protocolo já conta com mais de 100 signatários e que atualmente passa por um processo de auditoria, além de ter ganhado novo fôlego com a recente integração do Imaflora na secretaria executiva da iniciativa.

Para Justiniano Netto, a Unigrãos representa um elo estratégico dessa agenda por reunir dez empresas regionais com forte atuação no nordeste paraense, especialmente em Paragominas, responsáveis por cerca de 70% do mercado local. Segundo ele, são essas empresas que mantêm a relação cotidiana com os produtores rurais e concentram grande parte das operações de impacto e do financiamento privado, por meio de armazéns e comerciantes.

Ao entrar no tema da reinserção do produtor no mercado formal, Netto reconheceu avanços significativos na última década no Pará, como a ampliação do Cadastro Ambiental Rural, que ultrapassou 80% da área cadastrada no estado, a descentralização da gestão ambiental para os municípios e o fortalecimento de instrumentos como a Cota de Proteção Ambiental e os programas de requalificação. Para ele, o estado está entre os que mais avançaram no país nesse campo.

Apesar disso, Netto ressaltou que o caminho da regularização ambiental ainda é longo, custoso e demorado para o produtor. Ele explicou que muitos processos levam dois ou três anos para serem concluídos, já que exigem a tramitação por três níveis de gestão: municipal, estadual e federal. No âmbito municipal, o produtor busca o licenciamento ambiental e a aprovação do CAR; em seguida, no estado, precisa aderir ao PRADA e assinar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA).

Segundo Netto, é nessa segunda etapa que se concentram a maior parte das não conformidades, relacionadas a embargos e registros do PRODES. Ele explicou que, embora o TCA permita resolver parte das pendências associadas ao PRODES, quando há embargo ambiental — majoritariamente de competência do Ibama — o produtor ainda precisa recorrer ao órgão federal, apresentando toda a documentação e aguardando análise para obter o desembargo.

“Não é um caminho rápido, é um caminho caro, demorado, mas que precisamos avançar”, disse.

De acordo com Netto, esse cenário de demora e complexidade abre espaço para o surgimento de soluções fraudulentas, frequentemente anunciadas como promessas de retirada de embargos e registros de desmatamento. Ele alertou para práticas como o “recorte do CAR”, em que áreas com irregularidades são artificialmente excluídas da geometria do imóvel, o que pode, em alguns casos, passar por filtros automáticos e enganar sistemas de monitoramento, exigindo atenção constante das áreas de compliance das empresas.

Para o diretor jurídico da Unigrãos, enfrentar esse problema passa por ampliar o acesso à regularidade ambiental de forma estruturada. Como sugestão, ele propôs a adoção de um modelo inspirado na regularização fiscal, semelhante ao Refis, no qual o produtor pudesse assinar o TCA logo no início do processo, de forma simplificada e digital, permitindo sua regularização imediata, enquanto a consolidação das informações ocorreria posteriormente. Segundo Netto, antecipar esse instrumento poderia reduzir custos, tempo e insegurança jurídica, contribuindo para a reinserção efetiva do produtor no mercado formal.

A palavra foi passada, em seguida, para **Gabriel Amorim**, procurador da República. Ele foi questionado sobre a situação atual de Rondônia, que vivencia hoje situações que outros estados amazônicos passaram nas décadas anteriores: o avanço da soja sobre áreas de pastagens degradadas ou mesmo sobre áreas de vegetação nativa.

Amorim iniciou sua fala contando sua experiência pessoal no cargo de procurador. Segundo ele, compreender o cenário local exigiu sair do gabinete, dialogar com instituições, órgãos públicos, federações e produtores rurais, para entender a dinâmica própria do estado.

De acordo com Amorim, a pecuária em Rondônia é majoritariamente caracterizada por baixa densidade e baixa tecnologia. Ele explicou que, de forma geral, o pecuarista médio atua de maneira itinerante, degradando uma área, perdendo a capacidade produtiva e avançando para novas áreas, dinâmica relatada por técnicos que atuam diretamente na ponta.



Em seguida, Amorim apontou que fatores econômicos, como o preço da arroba do boi, influenciam esse processo e que o movimento mais recente observado no estado é o abandono da atividade pecuária por parte desses produtores. Segundo ele, muitos acabam arrendando suas áreas para a produção de soja, o que precariza a fonte de renda original e aprofunda problemas ambientais já existentes.

Para o procurador, esse processo ocorre em um contexto de desmatamento ilegal prévio, associado à falta de acesso à tecnologia e à assistência técnica adequada. Ele destacou que, em muitos casos, o produtor desiste da atividade sem que tenha havido um “diálogo pedagógico” efetivo e passa a enxergar terras indígenas e unidades de conservação como obstáculos, o que classificou como um falso problema.

Segundo Amorim, diante desse novo cenário, o Ministério Público tem iniciado negociações com entidades como a Abiove e a Abiec para implementar o Protocolo Verde em Rondônia, com o objetivo de promover ajustes na cadeia produtiva.

No entanto, ele alertou que a expansão da soja tem trazido impactos adicionais relevantes, especialmente relacionados ao uso de agroquímicos.

O procurador relatou casos recorrentes de contaminação por defensivos agrícolas, incluindo uma visita a uma aldeia indígena cercada por plantações de soja, onde a aplicação de venenos desrespeitou as distâncias mínimas legais. De acordo com ele, adultos apresentaram sintomas como dores de cabeça, náuseas e vômitos, enquanto crianças tiveram feridas na pele e na boca, situação que está sendo investigada pelo MPF.

Amorim também mencionou impactos sobre produções vizinhas, como sistemas orgânicos, que acabam inviabilizados pela deriva de agroquímicos e pela migração de insetos. Para ele, esse quadro é agravado por uma política ambiental estadual fragilizada, conduzida pela Assembleia Legislativa, que reduz a capacidade de fiscalização do órgão ambiental em uma lógica que ele comparou a uma “guerra fiscal ambiental”.

Segundo Amorim, esse enfraquecimento normativo tem atraído produtores de soja sem a realização de estudos de impacto ambiental adequados, resultando em aplicações de agrotóxicos próximas a mananciais, abertura de drenos e contaminação de rios, com registro de mortandade de peixes.

Por fim, ele observou que o Protocolo Verde dos Grãos ainda não enfrenta diretamente a questão dos agroquímicos, razão pela qual o MPF tem negociado com associações de classe a inclusão de cláusulas que permitam fiscalização. **“O avanço da soja está diretamente ligado a um fracasso da pecuária de pequeno e médio porte, que não tem a assistência técnica que deveria”**, disse.

Mauro Armelin, Diretor Executivo da organização Amigos da Terra – Amazônia Brasileira foi o próximo a falar. Ele foi questionado sobre a percepção da entidade sobre os programas de reinserção.

Armelin disse que o primeiro contato da organização com essa agenda ocorreu há cerca de seis anos, a partir de uma provocação feita por representantes da AcriPará e da Nice Planet, diante da constatação de que o TAC da Carne vinha funcionando, mas começava a produzir efeitos colaterais relevantes.



De acordo com ele, dados levantados junto a frigoríficos indicam que, no pior cenário atual, cerca de 40% dos produtores analisados para venda de gado estão bloqueados. Mesmo em situações consideradas menos críticas, o percentual de bloqueio chega a 16%, variando conforme a região de atuação dos frigoríficos. Para ele, esse contexto revelou que, ao mesmo tempo em que o TAC contribuía para conter o desmatamento, aumentava o número de produtores empurrados para a informalidade.

Segundo Armelin, muitos desses produtores, impedidos de acessar o mercado formal, acabam se tornando alvo da ilegalidade, já que não conseguem ficar sem comercializar sua produção. É nesse contexto que surge a necessidade de processos de reinserção produtiva e comercial, entendidos por ele como mecanismos privados e de mercado, voltados a melhorar as condições para que produtores bloqueados não abasteçam circuitos ilegais.

Para o diretor executivo, é fundamental reconhecer que esses sistemas de reinserção são privados e, por isso, têm alcance limitado. Ele destacou que o papel do Estado é indispensável, tanto em nível estadual quanto federal, para garantir a adequação plena das propriedades rurais ao Código Florestal, que já conta há mais de uma década com instrumentos como o CAR e o PRA.

Armelin afirmou ainda que a reinserção produtiva e comercial não substitui a atuação estatal. Segundo ele, é papel do poder público assegurar o funcionamento efetivo do CAR, evitar práticas como o recorte artificial de cadastros e ampliar o uso e a popularização do PRA junto aos produtores rurais, de modo que a regularização ambiental seja estruturante e duradoura.

De acordo com o diretor da Amigos da Terra, esses mecanismos de mercado estão diretamente vinculados ao TAC da Carne e precisam evoluir à medida que o próprio TAC amadurece.

“Prosperidade está em reconhecer onde é que a gente está errando. Não necessariamente errando de propósito, mas necessariamente reconhecendo quais são as áreas onde pode melhorar. Esses processos precisam evoluir”, disse.

Por fim, Armelin ressaltou que toda a cadeia produtiva tem papel central tanto na regularização quanto na reinserção. Ele destacou a responsabilidade dos frigoríficos, dos produtores, do Estado e das associações de criadores na desconstrução de mitos, na disseminação de informações corretas e no estímulo à adoção de novas práticas.

Na sequência, a palavra foi passada a **João Paulo Franco**, coordenador de Produção Animal da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ele foi questionado sobre como a Confederação dialoga com a requalificação dos produtores.

Franco iniciou sua fala afirmando que criar regras para que outros cumpram é relativamente fácil, e criticou a formulação de normas sem a participação efetiva de quem está na ponta. Segundo ele, quando o produtor não está sentado à mesa, as soluções tendem a se distanciar da realidade e dificultam qualquer avanço concreto.

De acordo com Franco, os temas discutidos ao longo do dia só avançarão quando toda a cadeia produtiva passar a olhar para eles de forma conjunta e uniforme.

“Quando os elos se unem, a gente consegue avançar. Eu costumo dizer que não vai haver concordância em tudo, sempre. Mas a gente precisa avançar no que a gente concorda”, defendeu.

Em seguida, Franco defendeu que é preciso avançar a partir dos consensos existentes, em vez de ficar paralisado pelas divergências. Para ele, esperar concordância plena para dar o primeiro passo impede qualquer movimento e faz com que os conflitos nunca sejam enfrentados de forma prática. Segundo ele, as discordâncias devem ser tratadas ao longo do caminho, à medida que o processo avança.

O coordenador da CNA afirmou que ouviu repetidas vezes, durante o evento, que o produtor dispõe de muitas oportunidades, mas propôs uma reflexão sobre o quanto essas oportunidades dialogam com a realidade. Ele questionou se os presentes conhecem, de fato, a “dor do produtor rural”, quem são esses produtores e quais são suas principais dificuldades no dia a dia.

Franco lembrou que a maioria das propriedades rurais no país é de pequeno porte, citando dados que indicam que cerca de 75% das propriedades têm até 100 animais e que aproximadamente 96% possuem até 200 hectares. Para ele, essas características reforçam que o Brasil, por ser um país continental, não comporta soluções padronizadas que funcionem igualmente no Pará, no Mato Grosso ou no Rio Grande do Sul.



Segundo Franco, embora existam problemas claros, a solução passa necessariamente por conhecer o produtor e compreender suas dores específicas. Ele citou, como exemplo, os entraves relacionados ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), observando que, apesar do diálogo institucional entre o Ministério do Meio Ambiente e os estados, os avanços efetivos são limitados.

De acordo com Franco, há um descompasso entre políticas anunciadas e sua implementação prática. Ele mencionou a promessa de descontos no Plano Safra para produtores com CAR validado e questionou quantos, de fato, conseguem acessar esse benefício, afirmando que, na prática, quase nenhum produtor está habilitado.

Por fim, ao tratar da reinserção do produtor no mercado formal, Franco chamou atenção para a ausência de debate sobre os falsos positivos do PRODES. Segundo ele, quando ocorre um falso positivo, o produtor precisa apresentar recurso e aguardar prazos que podem chegar a vários meses, enquanto o tempo médio de confinamento do gado é de cerca de 100 dias. Para Franco, essa defasagem compromete a atividade produtiva e evidencia a necessidade de aprofundar a discussão e aprimorar os mecanismos de resposta do sistema.

Paula Queiroz, diretora executiva do Instituto Mato-grossense da Carne (IMAC), respondeu à fala de João Paulo Franco ressaltando que existe uma assimetria estrutural que precisa ser reconhecida. Segundo ela, o Estado nunca atuará na mesma velocidade do sistema comercial, e essa é uma realidade que precisa ser aceita. Para Paula, é justamente nesse descompasso que os sistemas de integração ganham relevância, ao funcionarem como base para dar previsibilidade e sustentação às relações comerciais.

De acordo com Paula, mesmo após anos de implementação de políticas e programas, ainda há grande dificuldade de compreensão por parte dos produtores, especialmente diante de interpretações distintas entre indústrias e órgãos de controle.

Para enfrentar esse cenário, Paula explicou que o IMAC buscou construir soluções de forma articulada com os órgãos de controle. Segundo ela, foi estabelecido um termo de cooperação envolvendo o Ministério Público Federal, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e o próprio IMAC, iniciativa que aguarda apenas a consolidação legal após passar por comitês e comissões técnicas.

Para a diretora, o objetivo central é oferecer segurança jurídica, demanda recorrente dos produtores, que já acumularam experiências frustradas com exigências ambientais que não resultaram em soluções efetivas.

Paula apresentou dados do PREM para ilustrar essa realidade. Segundo ela, o programa monitora atualmente cerca de 320 mil hectares, dos quais aproximadamente 2.500 hectares correspondem a polígonos de desmatamento, com média de 24 hectares por ocorrência. Ainda assim, ela destacou que, na prática, propriedades inteiras acabam bloqueadas, mesmo quando o desmatamento representa uma fração muito pequena da área total.

De acordo com Paula, há situações em que propriedades de 30 mil, 40 mil ou até 50 mil hectares são bloqueadas por desmatamentos de 12 ou 20 hectares, que muitas vezes o produtor só descobre no momento da venda para a indústria. Diante disso, ela explicou que o Passaporte Verde foi estruturado com uma política de comunicação voltada a antecipar essas informações, permitindo que o produtor se organize de forma preventiva e com caráter educativo. Para ela, essa é a principal dor que motiva a busca pela qualificação para ingresso no PREM.

A diretora executiva também chamou atenção para os impactos desse bloqueio na dinâmica financeira do produtor, que depende de crédito e de previsibilidade para operar. Segundo Paula, a lentidão dos processos compromete decisões básicas, como o acesso a empréstimos e a comercialização da produção. Nesse contexto, ela mencionou que Mato Grosso tem buscado inovar com a implementação do CAR Digital 2.0, já validado, como mais uma ferramenta para facilitar a vida do produtor na ponta.

Por fim, Paula reforçou que qualquer sistema de requalificação ou reinserção só será efetivo no Brasil se houver união entre todos os atores envolvidos. Para ela, é indispensável a articulação entre órgãos de controle, instituições intermediárias e produtores, especialmente porque o termo de compromisso ainda gera temor no campo. Segundo Paula, criar regras é relativamente simples, mas o verdadeiro desafio está em aplicá-las na prática, considerando a escala territorial, a diversidade regional e, sobretudo, a necessidade de comunicação clara e contínua com quem produz.

O mediador passou, então, para a segunda parte da dinâmica do debate, com perguntas endereçadas diretamente aos participantes. A primeira pergunta foi dirigida ao Procurador Daniel Amorim, que foi questionado sobre qual seria a importância da reinserção dos produtores no avanço do TAC da Carne.

Amorim responde à pergunta dizendo que, no campo do Direito, uma das técnicas utilizadas é a “quebra de objeção”. No caso dos frigoríficos, o problema do aumento da exclusão provoca uma perda de fornecedores, sendo a requalificação uma quebra desta objeção.

A reinserção, para ele, seria uma questão de justiça. É preciso entender, diz ele, qual é a raiz do problema, quais foram os reais motivos pelos quais o produtor incorreu em ilegalidades.

“Não adianta fazer cercar, recuperar a área, iniciar o procedimento de reinserção, se a raiz do problema não for atacada. Por que ele avançou na reserva legal? Por que ele precisou avançar na Terra Indígena? Para aumentar a produtividade? Então, vamos considerar isso e, de repente, condicionar essa recuperação a ele buscar uma assistência técnica, o Estado entrar com o subsídio, mas não adianta a gente só resolver o sintoma, tem que atacar a causa”, defendeu.

A **Mauro Armelin**, o mediador fez pergunta que se referia a um dado apresentado por ele durante a fala inicial: por que o processo de reinserção não vai servir para 6 mil propriedades bloqueadas pelo Banco Central?

Armelin explicou que os sistemas citados no debate, como o PREM e o SIFLOR, implementados no Pará e em Mato Grosso, têm um objetivo bastante específico: criar uma ponte entre a adequação do produtor ao Código Florestal, por meio da assinatura do Programa de Regularização Ambiental (PRA), e a possibilidade de voltar a fornecer para frigoríficos que realizam monitoramento socioambiental.

Segundo ele, esses mecanismos atuam em situações em que o produtor enfrenta um problema relacionado ao PRODES, que pode ou não refletir uma irregularidade real. Para ele, trata-se de um momento intermediário, no qual processos mais lentos, conduzidos pelo Estado, são parcialmente compensados por uma resposta privada, que busca dar maior agilidade à adequação às exigências do mercado, algo que o poder público, em geral, não consegue fazer na mesma velocidade.

De acordo com o diretor, esses instrumentos têm caráter temporário e não podem ser vistos como soluções permanentes. Armelin destacou que a situação das propriedades bloqueadas pelo Banco Central é distinta, pois o Bacen não opera a partir da lógica do TAC da Carne. Segundo ele, o Banco Central aplica critérios próprios, sem dispor de instrumentos que promovam a readequação ambiental das propriedades, como ocorre nos mecanismos de mercado vinculados ao TAC. Assim, não há, no âmbito do Bacen, ferramentas equivalentes ao PREM ou ao SIFLOR.

Para Armelin, é fundamental deixar claro que esses mecanismos de mercado foram desenhados especificamente para atender às finalidades do TAC. Todos os demais processos que resultam no bloqueio de produtores por inconformidade com a legislação ambiental continuarão produzindo restrições, sem que haja uma solução comercial capaz de revertê-las.

Nesse contexto, o diretor defendeu que a solução estrutural passa pela implementação efetiva do Código Florestal e pelo funcionamento mais ágil e eficiente de seus instrumentos. Segundo ele, não se trata de mudar as regras, mas de aplicar

aquelas que já existem há mais de uma década, evitando a recorrente tentativa de reformular normas, o que apenas aprofunda as dificuldades de execução.

Por fim, Armelin ressaltou que há situações em que não existe qualquer solução comercial possível, como nos casos de embargos por desmatamento ou por sobreposição com terras indígenas e unidades de conservação. Para ele, salvo eventuais erros de interpretação de imagens, não há como liberar atividades pecuárias instaladas em áreas protegidas por meio desses sistemas de reinserção.

Como complemento à resposta de Armelin, **Inara Aguiar** afirmou que o debate é fundamental justamente para permitir a construção de novas soluções. Segundo ela, no estado do Pará esse esforço já está em curso, em parceria com a Imaflora e com o Conselho de Estudos da Pecuária, buscando compreender de que forma os sistemas de desbloqueio e requalificação podem ajudar a superar objeções que ainda dificultam o avanço da cadeia.

De acordo com Inara, o Estado já está implementando um fluxo no qual o produtor que ingressa no sistema de requalificação e cumpre as exigências pode, a partir de uma declaração de requalificação, solicitar a suspensão do embargo junto à Secretaria. Ela explicou que esse procedimento está sendo discutido também com o Ibama, para avaliar como operacionalizar o fluxo de forma integrada.

Para Inara, esse tipo de mecanismo torna a requalificação mais atrativa para o produtor, que pode dar início ao processo de recuperação ambiental. Segundo ela, trata-se de uma situação que pode ser aceita pelos frigoríficos, uma vez que a área entra em recuperação e o animal deixa de circular naquele espaço. Em seguida, ao avançar no processo de regularização, o produtor chega à assinatura do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) e, posteriormente, ao desembargo definitivo.

Aguiar destacou que essa quebra de objeções ajuda a demonstrar ao produtor que existem alternativas concretas e soluções capazes de contribuir para o funcionamento da cadeia.

Outro ponto abordado por ela foi a questão do falso PRODES. Segundo Inara, o sistema de requalificação também auxilia na identificação e explicação desses casos, permitindo a emissão de uma declaração que atesta o falso positivo.

De acordo com a representante da Semas, essa declaração pode ser aceita pelos frigoríficos, inclusive porque essa possibilidade já está prevista nos próprios protocolos de monitoramento. No entanto, ela reconheceu que muitas vezes as indústrias ficam inseguras, e que o sistema de requalificação oferece ao produtor a opção de solicitar formalmente a contestação, obtendo um documento que comprove o falso PRODES.

Inara afirmou que a Secretaria segue buscando soluções adicionais para novos entraves que possam surgir, com o objetivo de aproximar cada vez mais o produtor do sistema de requalificação e da regularização ambiental. Nesse sentido, ela mencionou também o trabalho desenvolvido no âmbito do programa Territórios Sustentáveis, que permite o apoio de instituições públicas e privadas na continuidade da regularização desses produtores.

Segundo Aguiar, a Semas atua como um hub, conectado a frigoríficos e outras iniciativas que podem auxiliar os produtores interessados em avançar no processo de regularização ambiental. Para ela, esse arranjo permite fechar um ciclo no qual o desbloqueio funciona como solução intermediária, mas sempre associado a caminhos que conduzem à regularização definitiva.

Por fim, Inara destacou que o Estado também está trabalhando com o Fundo de Atendimento ao Produtor, oferecendo esclarecimentos gratuitos e acessíveis, além de instrumentos como o voucher ou bônus da requalificação. De acordo com ela, o objetivo é reduzir as objeções e trazer para perto do governo o produtor hoje bloqueado, mostrando que a atuação estatal não é punitiva, mas voltada a apoiar, construir soluções e fortalecer a cadeia produtiva.

“A gente está buscando trabalhar em várias ferramentas que ajudem na queda dessas objeções e tragam esse produtor que está com o bloqueio, que está inapto, para perto do governo, mostrar que o governo não vai anotar o nome dele, anotar o CAR dele, mandar um auto de infração. Na verdade, o governo está ajudando para a gente encontrar as opções e fortalecer a nossa carreira”, disse.

Na sequência, o mediador dirigiu uma pergunta a **João Paulo Franco**, da CNA, questionando-o se a CNA já pensou em replicar sistemas como o PREM e o Siflor em nível nacional.

Franco disse então que é preciso pensar juntos para vencer problemas. Ele voltou a criticar a falta de debates sobre questões que ele julga importantes, como o pagamento por serviços ambientais, que não entrou nos tópicos discutidos durante o dia.

“A gente precisa dar profundidade, precisa olhar para o problema e dar profundidade na discussão”, defendeu.

Franco também retomou a questão da regularização quando o PRODES é falso e da morosidade do poder público de resolver esses problemas, o que, segundo ele, prejudica sobremaneira o produtor. Ele lembra que o prazo de confinamento é de cerca de 100 dias, na média, para o Brasil, e que o custo da diária é de R\$18,50, mas que o poder público pode demorar até um ano para resolver a questão do falso PRODES.

Ele defende que é preciso entender quais seriam os encaminhamentos a serem levados ao produtor e distinguir os produtores que incorrem em irregularidades, sem colocar regras que sejam aplicadas a todos sem distinção.

O coordenador da CNA defendeu ainda ser preciso realmente entender quem é o produtor rural, se ele tem internet, como acessa, onde vive, como se mantém financeiramente, para melhorar a comunicação com ele.

Em resposta à manifestação de João Paulo Franco, a diretora executiva do IMAC, Paula Queiroz, rebateu a fala dizendo que, no Mato Grosso, a devolutiva em relação ao falso PRODES ocorre em apenas alguns dias.

Na sequência, o mediador dirigiu uma pergunta a **Justiniano Netto**, da Unigrãos, questionando-o sobre como encontrar equilíbrio nos programas de requalificação.

Segundo Netto, tecnologia é a chave. É preciso, defende, que o processo seja mais simples, ágil e amigável para o produtor, apesar de reconhecer que, para isso, existe uma inteligência por trás.

Em sua opinião, os programas de reinserção deveriam funcionar na lógica da regularização fiscal e de forma fracionada, dando ao produtor a possibilidade de recuperar uma certa porcentagem, para uma data posterior acrescentar o que falta.

Netto também defendeu que sejam criadas plataformas de requalificação para o setor de grãos, pois existe uma demanda reprimida para isso. De qualquer forma, ele defende que os processos de requalificação “distensionam o processo político”.

“Não tenho dúvidas de que toda essa questão que a gente tem assistido aí na Moratória da Soja é fruto também porque o produtor se vê cobrado pelo banco, cobrado pelo mercado, cobrado pelo IBAMA, daí para ele bater na porta da regularidade é um movimento difícil. Se o ambiente está mais simples, é um clique, é coisa mais fácil, você distensionam o ambiente político e as coisas caminham. Outra vantagem: o custo de transação diminui e a gente fica mais competitivo”, disse.

Na sequência, **Gabriel Amorim** fez suas considerações finais, defendendo que o trabalho de ajuste legal abre portas e comércios. Segundo ele, ainda há muito a afinar e existem muitas diferenças, mas é essencial respeitar os pactos que

já foram firmados e as normas já estabelecidas. **“Cumprir os acordos gera confiança e confiança é bom para atrair investimentos e fazer negócios”**.

Para isso, o procurador defende que haja um avanço na “pauta pedagógica” e que instruir e levar informação é o caminho. Segundo ele, apesar de o MPF ter a via coercitiva, o órgão sempre valoriza a negociação e a atuação colaborativa, que dão mais resultados, diz.

“Ninguém quer esperar uma sentença do juiz para cumprir o que a lei diz. É muito melhor você convencer a pessoa a ir se ajustando. E nesse escopo de negociar para buscar soluções, a gente consegue, progressivamente, fazer o que tem que ser feito, adaptando a realidade do produtor para que ele possa fazer sem inviabilizar o seu negócio”, defende.

Na sequência, **Mauro Armelin** fez sua contribuição final lembrando que o Brasil já possui vários acordos eficientes e que é preciso dar reconhecimento externo para eles. Neste contexto, ele ressaltou a importância de certificações como a Beef on Track, que traria este reconhecimento.

Para ele, as soluções para os problemas que as cadeias da carne e da soja enfrentam passam pela capacidade de construir arranjos.

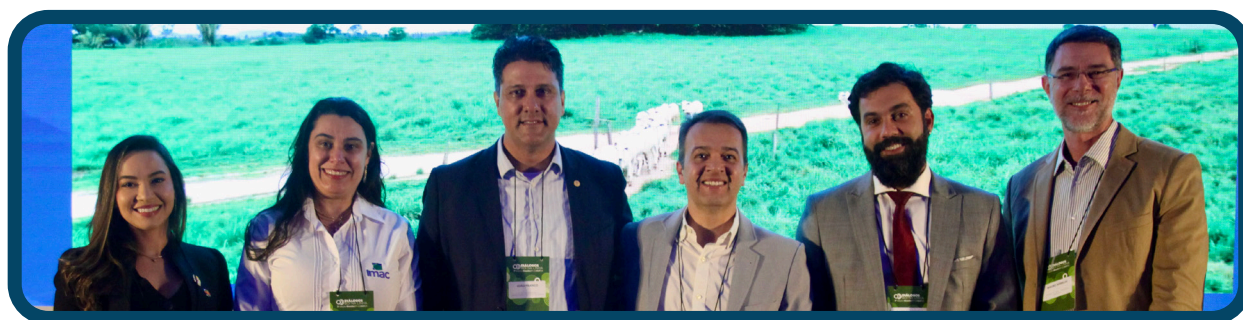
“Nós temos as tecnologias, nós temos as soluções. Nós não temos os arranjos para fazer com que essa tecnologia seja operada. Seja o arranjo para acessar aquela informação da GTA, seja o arranjo para reconhecer a reinserção coletiva do Estado, seja o arranjo da declaração sobre o PRODES. Então, nós precisamos trabalhar muito esses arranjos. E esses arranjos só vão acontecer com o diálogo”, finaliza.

Em sua consideração final, João Paulo Franco, da CNA, ressaltou novamente a importância de se fazer deliberações sobre tudo o que foi discutido. **“Tão importante quanto as discussões, as ideias, as soluções que foram faladas, discutidas, postas hoje aqui, são os encaminhamentos. O que a gente vai fazer com tudo isso? Quais são as possibilidades de mudança que a gente tem e é capaz de fazer com tudo isso? Então, não pode parar aqui”**, disse.

Para finalizar o painel 4 da 3ª Edição dos DIÁLOGOS BOI NA LINHA, **Inara Aguiar**, da SEMAS/PA, disse que muitas das objeções que foram colocadas no evento são, na verdade, os encaminhamentos que precisam ser feitos.

“O estado do Pará está nesse processo de construção integrada, de construção participativa, através do Conselho de Gestão da Pecuária, através do Conselho Consultivo, em que a indústria participa de todas as reuniões conosco, sugere soluções. E essa foi uma das estratégias que o estado encontrou para fazer essa construção e para que ela seja bem aceita”, disse.

Ela também ressaltou a importância da comunicação e informação como uma solução para o enfrentamento dos problemas ainda existentes e que estão dificultando a trajetória da pecuária e dos grãos em direção a práticas mais sustentáveis.





Lançamentos: Plataforma Boi na Linha e Manual de Requalificação do Pará

A 3ª Edição dos DIÁLOGOS BOI NA LINHA foi encerrado com o lançamento de duas importantes iniciativas - o Manual de Diretrizes e Procedimentos para a Requalificação Comercial no Pará e a Platform Boi na Linha 2.0. - que representam os resultados concretos do esforço coletivo por uma pecuária mais sustentável e indicam os próximos passos da caminhada em direção à maior transparência e inclusão.

Para o lançamento do Manual de Diretrizes e Procedimentos para a Requalificação Comercial no Pará, Bruno Vello, coordenador de Políticas Públicas do Imaflora, subiu ao palco.

Ele lembrou que o estado do Pará tem sido pioneiro na estruturação de seu programa de rastreabilidade, com metas ambiciosas de identificação individual e integração da rastreabilidade como promoção de uma estratégia de integridade ambiental.

Vello também destacou o papel de organizações da sociedade civil na construção deste processo - como a TNC, Amigos da Terra, Fundação Solidariedade e IPAM, além do Imaflora- que, segundo ele, tem unido forças e se envolvido muito no esforço de apoiar a implementação dessas iniciativas no estado paraense.

“O manual de requalificação é um dos produtos dessa parceria que tem acontecido entre o governo, a sociedade civil e o estado”, disse.

Segundo o coordenador do Imaflora, a construção do Manual teve início em março de 2025, a partir da demanda da SEMAS/PA de ter protocolos harmonizados de requalificação para toda a cadeia, assim como foi o processo do Protocolo Boi na Linha em si.

Em seguida, **Indara Rumiê**, diretora de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS/PA), apresentou o Manual como um dos resultados concretos do processo de construção do Programa Pecuária Sustentável no estado.

Segundo ela, ao longo desta construção foram sendo identificadas diversas dificuldades enfrentadas pelos produtores. De acordo com a diretora, o manual surge justamente para responder a essas lacunas, ampliando o conhecimento sobre os motivos dos bloqueios comerciais, suas origens e os caminhos possíveis para que o produtor possa se requalificar e retornar ao mercado formal.

Em seguida, Indara explicou que o manual foi concebido para dialogar não apenas com os produtores, mas também com técnicos, frigoríficos e demais atores da cadeia. Segundo ela, é fundamental que os técnicos reconheçam a requalificação como uma solução a ser recomendada e que a indústria compreenda esse processo como algo legítimo, passível de ser aceito e até apoiado, especialmente no caso de produtores atualmente bloqueados.

Ela ressaltou que o documento foi construído de forma coletiva, no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em parceria com organizações como o Imaflora e outros atores, além de contar com a revisão do Ministério Público Federal, do Conselho Gestor da Pecuária e do Conselho Consultivo, garantindo representatividade e alinhamento institucional.

“Acho que o manual é o sinal de que nós estamos construindo o caminho. Nós estamos construindo as ferramentas. Exatamente como falamos aqui [no evento], a gente precisa desse arranjo. E o manual vem como um desses arranjos”, disse.

Indara informou ainda que o Manual da Requalificação oferece um passo a passo claro, levando informação qualificada aos diferentes elos da cadeia sobre o processo de requalificação e trazendo segurança jurídica aos envolvidos.

Segundo a diretora da SEMAS/PA, o próximo desafio é ampliar a divulgação do manual, garantindo que a informação chegue a todos. O documento já está disponível para acesso, garantiu.

“A expectativa é que logo a gente tenha uma segunda versão deste Manual de Requalificação, com mais soluções e mais estratégias, para que possamos fortalecer nossa cadeia”, disse.

Em seguida, passou-se ao lançamento da Plataforma Boi na Linha 2.0, apresentado por Lisandro Inakake, gerente de projetos do Imaflora. Em sua apresentação, Inakake lembrou do processo de estruturação do Programa Boi na Linha e, agora, da Plataforma Boi na Linha 2.0.

Ele elencou as instâncias de apoio ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Carne, formada por um Comitê, constituído, por sua vez, por uma Secretaria Executiva, da qual o Imaflora e a Amigos da Terra fazem parte.

Inakake lembrou que o objetivo do Comitê de Apoio ao TAC é dar suporte a uma efetiva implementação do TAC, já que não seria papel dos procuradores do MPF operacionalizar esta implementação. Este apoio é dado por meio de suporte técnico, científico, consultivo e instrutivo e pelo oferecimento de informações, de forma a ter uma comunicação estruturada, para melhorar a eficiência e transparência dos processos relacionados à implementação

Além disso, Inakake explica que o Comitê conta com outras instâncias: a Câmara Técnica - formada pelo Imaflora, Imazon, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Wisconsin-Madison (UW) - e Câmaras Sociais, que vêm sendo instaladas em cada estado participante do Termo (AC, AM, MT, PA, RO, TO).

“Apenas no estado do Acre não foi feita ainda a instalação da Câmara Social. Em todos os outros estados a gente já fez diálogos, conversas, para explicar quem são as partes, qual a função, o papel de cada um dentro desta estrutura, porque é aqui que as demandas vão ser recebidas e, por meio da Câmara Técnica, levadas para negociação com procuradores”, explicou Inakake.

Ao falar das demandas do setor, o gerente do Imaflora contou que a instituição promove cerca de 12 oficinas ao ano, considerando o Cerrado e a Amazônia, para apresentar os protocolos e criar espaços de diálogo, e que, nesses eventos, muitas demandas são identificadas.

“A gente precisa organizar essa demanda e criar uma agenda de priorização. Nem tudo vamos conseguir abarcar. A gente não vai conseguir resolver o problema do Ibama, do CAR, mas a gente traz pra dentro pra fazer a discussão”, diz.

Em seguida, ele detalhou a formação da Câmara Social em cada um dos estados participantes e a importância desse espaço de diálogo. **“Essa é uma forma de a gente conseguir qualificar a discussão, começar a ter mais validade”,** explicou, lembrando que decisões anteriormente tomadas foram questionadas devido a uma alegada falta de escuta dos atores envolvidos.

O gerente do Imaflora também informou que os frigoríficos iniciaram, no período de realização do 3ª DIÁLOGOS BOI NA LINHA, um novo ciclo de auditorias, que vai cobrir o período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024. A expectativa é que os resultados sejam apresentados em meados de 2026.

Inakake também informou sobre o lançamento de videoaulas das Oficinas Boi na Linha, ferramentas concretas para o avanço da pauta e desenvolvimento do setor.

Outra novidade apresentada foi a atualização da plataforma Boi na Linha, que traz informações atuais sobre os frigoríficos, de forma mais intuitiva e facilitada ao usuário. A Plataforma Boi na Linha 2.0 pode ser acessada pelo link: **XXXXXXXXX**.

